SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SERGIPE

SEBRAE SERGIPE

Vinculado à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / SECRETARIA DE GOVERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Aracaju - SE/ fevereiro de 2016

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Tancredo Neves Nº 5500 - Bairro América
CEP: 49080-470 - Aracaju - Sergipe
Tel.: 79.2106.7700 - www.se.sebrae.com.br

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SERGIPE

SEBRAE SERGIPE

Vinculado à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / SECRETARIA DE GOVERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e Portaria - TCU Nº 321/2015.

Aracaju - SE/ fevereiro de 2016

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Tancredo Neves Nº 5500 - Bairro América
CEP: 49080-470 - Aracaju - Sergipe
Tel.: 79.2106.7700 - www.se.sebrae.com.br

Lista de abreviaturas e siglas.

CDE – Conselho Deliberativo Estadual
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas – Aracaju
CDN – Conselho Deliberativo Nacional
CSN – Contribuição Social do SEBRAE/NA
CSO – Contribuição Social Ordinária
DIREX – Diretoria Executiva
DOU – Diário Oficial da União
EPP – Empresa de pequeno porte
FACIASE – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe
FCDL – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Sergipe
FIES – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
GT – Grupo de Trabalho
IEL – Instituto Euvaldo Lodi – Sergipe
ITPS - Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe
LG – Lei Geral
ME – Microempresa
MEI – Microempreendedor individual
MPE – Micro e pequena empresa
PIB – Produto interno bruto
PPA – Planejamento Plurianual
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEBRAE/SE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe
SEDETEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência Tecnologia de Sergipe
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Sergipe
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Sergipe
SME – Sistema de Monitoramento Estratégico
TCU – Tribunal de Contas da União
UPC – Unidade Prestadora de Conta

Lista de figuras, quadros e gráficos.

Figura	Nome	Página

Figura 1 – Público-alvo do SEBRAE.....Erro! Indicador não definido.
Figura 2 – Organograma.....Erro! Indicador não definido.
Figura 3 – Mapa Estratégico.....Erro! Indicador não definido.
Figura 4 – Limites orçamentários.....Erro! Indicador não definido.
Figura 5 – Atendimentos (Informações, Orientações e Horas de Consultoria) ..... Erro! Indicador não definido.
Figura 6 – Atendimentos (Cursos, Oficinas, Palestras e Seminários)..... Erro! Indicador não definido.
Figura 7 – Atendimentos (Feiras, Missões e Rodadas) .....Erro! Indicador não definido.
Figura 8 – Programa ALI .....Erro! Indicador não definido.
Figura 9 – Programa Educação Empreendedora.....Erro! Indicador não definido.
Figura 10 – Programa Negócio a Negócio .....Erro! Indicador não definido.
Figura 11 – Programa SEBRAE Mais .....Erro! Indicador não definido.
Figura 12 – Programa SEBRAETEC.....Erro! Indicador não definido.
Figura 13 – Taxa de Pequenos Negócios.....Erro! Indicador não definido.
Figura 14 – Metas Mobilizadoras.....Erro! Indicador não definido.
Figura 15 - PMG – Planos de Ação (PA) Critério Clientes.....Erro! Indicador não definido.
Figura 16 – Transparência – Portal SEBRAE/SE.....Erro! Indicador não definido.

Quadro	Nome	Página

Quadro 1 – Unidades Organizacionais .....Erro! Indicador não definido.
Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos.....Erro! Indicador não definido.
Quadro 3 – Aplicação de Recursos por Objetivos Estratégicos Locais..... Erro! Indicador não definido.
Quadro 4– Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....Erro! Indicador não definido.
Quadro 5 – Execução x Programação Orçamentária das Receitas ..Erro! Indicador não definido.
Quadro 6 – Execução x Programação Orçamentária das Despesas.Erro! Indicador não definido.
Quadro 7 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Comparativo 2015 x 2014 ..... Erro! Indicador não definido.
Quadro 7.A – Despesas por modalidade de contratação – Comparativo 2015 x 2014 ..... Erro! Indicador não definido.
Quadro 8 – Realizações por instrumento de atendimento.....Erro! Indicador não definido.
Quadro 9 – Composição do Conselho Deliberativo Estadual - CDE .Erro! Indicador não definido.
Quadro 10 – Composição do Conselho Fiscal .....Erro! Indicador não definido.
Quadro 11 – Composição da Diretoria Executiva – DIREX .....Erro! Indicador não definido.
Quadro 12 – Remuneração da Diretoria Executiva.....Erro! Indicador não definido.
Quadro 13 - Força de Trabalho da UPC.....Erro! Indicador não definido.
Quadro 14 - Distribuição da Lotação Efetiva.....Erro! Indicador não definido.
Quadro 15 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas..... Erro! Indicador não definido.
Quadro 16 - Despesas do pessoal .....Erro! Indicador não definido.

Quadro 17 - Contratos de Locação.....**Erro! Indicador não definido.**
Quadro 18 - Principais sistemas de informação.....**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico	Nome	Página

Gráfico 1 – Nota imagem do SEBRAE junto à sociedade (Sergipe x Nordeste x Brasil) ..... **Erro! Indicador não definido.**
Gráfico 2 – Qualidade dos serviços do SEBRAE (Sergipe x Nordeste x Brasil) **Erro! Indicador não definido.**
Gráfico 3– Nota imagem do SEBRAE junto aos pequenos negócios (Sergipe x Brasil) ..... **Erro! Indicador não definido.**

Lista de anexos e apêndices

Demonstrativos contábeis
Parecer do Conselho Fiscal
Resolução do CDE – Conselho Deliberativo Estadual

Sumário

1 APRESENTAÇÃO.....**Erro! Indicador não definido.**

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE .....**Erro! Indicador não definido.**

2.1 Finalidade e competências.....**Erro! Indicador não definido.**

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade. ..... **Erro! Indicador não definido.**

2.3 Ambiente de atuação .....**Erro! Indicador não definido.**

2.4 Organograma .....**Erro! Indicador não definido.**

2.5 Macroprocessos finalísticos .....**Erro! Indicador não definido.**

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL **Erro! Indicador não definido.**

3.1 Planejamento Organizacional .....**Erro! Indicador não definido.**

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....**Erro! Indicador não definido.**

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico ..... **Erro! Indicador não definido.**

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....**Erro! Indicador não definido.**

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos **Erro! Indicador não definido.**

3.3 Desempenho Orçamentário.....**Erro! Indicador não definido.**

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....**Erro! Indicador não definido.**

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário ..... **Erro! Indicador não definido.**

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos..... **Erro! Indicador não definido.**

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas .....**Erro! Indicador não definido.**

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas.....**Erro! Indicador não definido.**

3.4 Desempenho operacional .....**Erro! Indicador não definido.**

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.**Erro! Indicador não definido.**

4 GOVERNANÇA .....**Erro! Indicador não definido.**

4.1 Descrição das estruturas de governança .....**Erro! Indicador não definido.**

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados.....**Erro! Indicador não definido.**

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna .....**Erro! Indicador não definido.**

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos..... **Erro! Indicador não definido.**

4.5 Gestão de riscos e controles internos.....**Erro! Indicador não definido.**

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados..... **Erro! Indicador não definido.**

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada. **Erro! Indicador não definido.**

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....**Erro! Indicador não definido.**

5.1 Canais de acesso do cidadão.....**Erro! Indicador não definido.**

5.2 Carta de serviços ao cidadão.....**Erro! Indicador não definido.**

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários ....**Erro! Indicador não definido.**

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da UPC **Erro! Indicador não definido.**

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....**Erro! Indicador não definido.**

6.1 Desempenho financeiro no exercício.....**Erro! Indicador não definido.**

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....**Erro! Indicador não definido.**

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade ..... **Erro! Indicador não definido.**

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404 e notas explicativas **Erro! Indicador não definido.**

7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....**Erro! Indicador não definido.**

7.1 Gestão de pessoas.....**Erro! Indicador não definido.**

7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....**Erro! Indicador não definido.**

7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....**Erro! Indicador não definido.**

7.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....**Erro! Indicador não definido.**

7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....**Erro! Indicador não definido.**

7.2.1 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....**Erro! Indicador não definido.**

7.3 Gestão da tecnologia da informação .....**Erro! Indicador não definido.**

7.3.1 Principais sistemas de informações .....**Erro! Indicador não definido.**

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) ..... **Erro! Indicador não definido.**

7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....**Erro! Indicador não definido.**

7.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras .....**Erro! Indicador não definido.**

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE... **Erro! Indicador não definido.**

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU ..... **Erro! Indicador não definido.**

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno ..... **Erro! Indicador não definido.**

8.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....**Erro! Indicador não definido.**

1 APRESENTAÇÃO

O relatório de gestão está estruturado conforme as orientações do TCU dispostas no sistema informatizado de apresentação dos relatórios de gestão, o e-Contas, acessado através do portal do TCU e da Portaria - TCU Nº 321/2015, além de comentários da auditoria do SEBRAE Nacional.

Itens não aplicáveis à realidade estão justificados neste documento, mas não integrarão a peça final a ser postada no e-Contas, onde as justificativas já serão colocadas em campos próprios.

Com a missão de "Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Sergipe e do Brasil" o SEBRAE/SE, atuando num Estado que 99 % dos estabelecimentos produtivos são pequenos negócios, tem sido um protagonista crucial para o desenvolvimento deste Estado.

Das suas ações pode ser destacado o reconhecimento dos pequenos negócios e da sociedade que, numa escala de 0 a 10 deram notas 8,34 e 8,80, respectivamente. As notas Brasil foram de 8,11 e 8,81.

Uma superação do SEBRAE/SE no início de 2015 foi a contratação de seis assistentes e vinte e um analistas técnicos, fortalecendo o seu quadro de pessoal e com isso ampliando a sua capacidade de atendimento, conforme processo seletivo homologado no final de 2014.

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

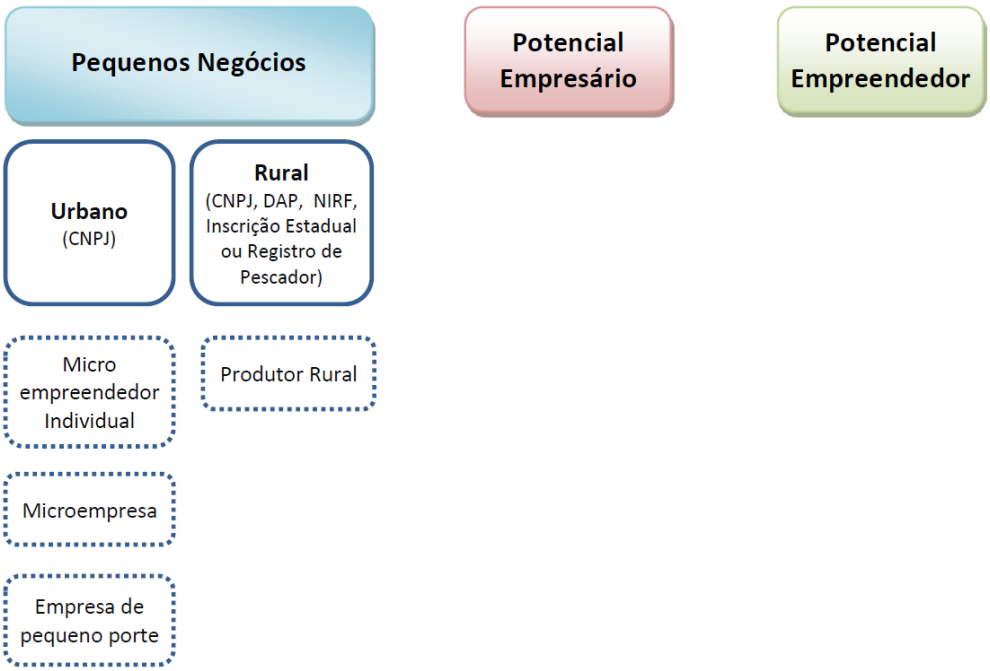
2.1 Finalidade e competências

Conforme expressada em sua missão cabe ao SEBRAE/SE "Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Sergipe e do Brasil".

O estatuto do SEBRAE/SE em seu art. 5º diz "O SEBRAE/SE, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, mediante ações condizentes:...".

Assim, concentra-se a unidade em realizar sua missão no desenvolvimento dos pequenos negócios e fomento ao empreendedorismo tendo o público-alvo como caracterizado na figura a seguir.

Figura 1 – Público-alvo do SEBRAE



Os instrumentos utilizados na operacionalização dos diversos produtos e serviços que compõem o portfólio do SEBRAE e que permitem atender às diversas necessidade/demandas dos clientes são:

- Consultorias;
- Cursos;

- Palestras;
- Oficinas;
- Seminários;
- Feiras;
- Missões e Caravanas;
- Rodadas de Negócios;
- Orientação Técnica; e
- Informação.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.

O SEBRAE/NA foi criado pela Lei nº 8029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/1990 – e regulamentado pelo Decreto nº 99570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90.

O SEBRAE/SE foi criado a partir da transformação do CEAG/SE que aderiu ao Sistema SEBRAE, conforme lhe facultava o art. 9º do Decreto nº 99.570, passando a se denominar Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe. Essa decisão foi homologada em reunião do Conselho Deliberativo no dia 15 de fevereiro de 1991.

O Estatuto Social do SEBRAE/SE foi alterado e consolidado em reunião do Conselho Deliberativo Estadual - CDE de 24.02.2010, aprovado pela Resolução nº 02/2010 do CDE e encontra-se registrado no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE no Livro A-52, às fls. 232 verso, sob o nº 48.388 em 26.03.2010. Como instrumentos normativos tem ainda o SEBRAE/SE: Regimento Interno do SEBRAE/SE (alteração e consolidação através da Resolução nº 09/2015 03do CDE, devidamente averbada no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE, ao lado do registro original de nº 903.364, Livro B/96 fls 286 a 300, em 20/11/2015); Regimento Interno do Conselho Deliberativo, aprovado pela Resolução nº 06/2012 do CDE, registrado no Cartório do 10º Ofício, no Livro A-103, às fls. 173 a 196 sob o nº 62156, em 06/12/2012); Regimento Interno do Conselho Fiscal, aprovado através da Resolução nº 12/2014, de 28/11/2014, registrado no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE, no Livro A/163, às fls. 163 e 172, sob o nº 66.116, em 20/01/2014, bem como o Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema S, aprovado pela Resolução CDN nº 213/2014, de 18/05/2011, publicado no DOU de nº 100, de 26/05/2011.

Compõem instrumentos normativos de criação, alteração e funcionamento da unidade as seguintes peças:

- Lei nº 8.029 de 12/04/1990
- Lei nº 8.154 de 28/12/1990
- Decreto nº 99.570 de 09/10/1990
- Resolução CDE nº 02/2010 de 24/02/2010, homologado pelo CDN em 29/04/2010 – Estatuto Social.
- Resolução CDE nº 09/2015 de 03/09/2015 - Regimento Interno.

- Resolução CDE nº 06/2012 de 20/09/2012 - Regimento Interno do Conselho Deliberativo.
- Resolução CDE nº 12/2013 de 28/11/2013 - Regimento Interno do Conselho Fiscal.
- Resolução CDN nº 213/2014, de 18/05/2011 - Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema S.

2.3 Ambiente de atuação

Na construção do PPA 2015-2018 foram observados os cenários macroeconômicos e de crescimento nos ambientes internacional, nacional, regional e local.

Na leitura externa ao SEBRAE/SE foram evidenciados os pontos:

- O volume de vendas do comércio em Sergipe tem crescido, sistematicamente, a taxas menores do que as taxas agregadas para o Brasil;
- O volume de produção de petróleo e de gás natural teve um ponto de inflexão positivo em março e cresceu 12,1% acima da média dos 12 últimos meses. Nas mesmas bases de comparação, o gás natural cresceu 8,8%;
- O destaque para o mercado de crédito em Sergipe está na redução da taxa de inadimplência tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas;
- Em Sergipe, as MPE geram, como no cenário nacional, mais empregos nos setores de comércio e serviços. Destaque-se que Sergipe apresenta um percentual superior ao Brasil nos setores de serviços e construção civil, em relação à geração de empregos;
- Em termos da massa de remuneração, as MPE correspondiam a cerca de 40% do total, no Brasil, no Nordeste e em Sergipe;
- O estado de Sergipe não está na rota de grandes projetos nacionais de infraestrutura, nem dos grandes investimentos que estão em andamento na base produtiva do país, ou mesmo da mais nova fronteira de expansão da agricultura nordestina (cerrados);
- A média salarial em Sergipe era menor que no Brasil e no Nordeste. Os setores de comércio e serviços tinham as menores médias salariais;
- Peso do setor público na dinâmica econômica do estado: 24% ;
- A indústria é responsável por 30% da composição do PIB, taxa acima da encontrada no Nordeste e no Brasil;
- Predominância do setor serviços na composição do PIB: 65%;

São destaques da base produtiva:

- Exploração de Petróleo (petróleo e gás);
- Projeto Carnalita (fertilizantes – Vale);
- Produção agrícola tradicional (milho);
- Produção agrícola/energias renováveis (etanol e biodiesel).

Na leitura interna da capacidade de execução, foram avaliados os pontos:

- Análise de desempenho do PPA 2014-2017 (base: junho/2014);
- Análise de recursos econômicos e financeiros;

- Mapeamento de possíveis instituições parceiras;
- Análise dos recursos humanos e estrutura organizacional;
- Implementação de estudos para a atuação em encadeamentos produtivos;
- Definição do cronograma de implantação da estratégia;
- Consideração do crescimento do quadro de colaboradores em virtude do processo seletivo em execução;
- Análise do desempenho da carteira de projetos;
- Análise do tamanho e distribuição territorial da carteira de projetos;
- Redistribuição de projetos com os escritórios regionais.

O cenário observado para o PPA 2015-2018 pode ser resumido nos seguintes pontos:

- A atividade econômica tem sido impulsionada pelas vendas no varejo;
- No setor industrial, chama atenção o fraco desempenho do setor de petróleo e gás;
- O aumento na geração de empregos tem sido um ponto forte da economia sergipana;
- O fluxo ascendente do crédito tem sido um componente importante na expansão da atividade econômica;
- A situação fiscal do Estado é delicada, com estagnação das receitas (aumento do ICMS e redução das transferências da União) e aumento do endividamento público;
- O comércio exterior mantém a tendência deficitária, com possibilidades limitadas na determinação do crescimento.

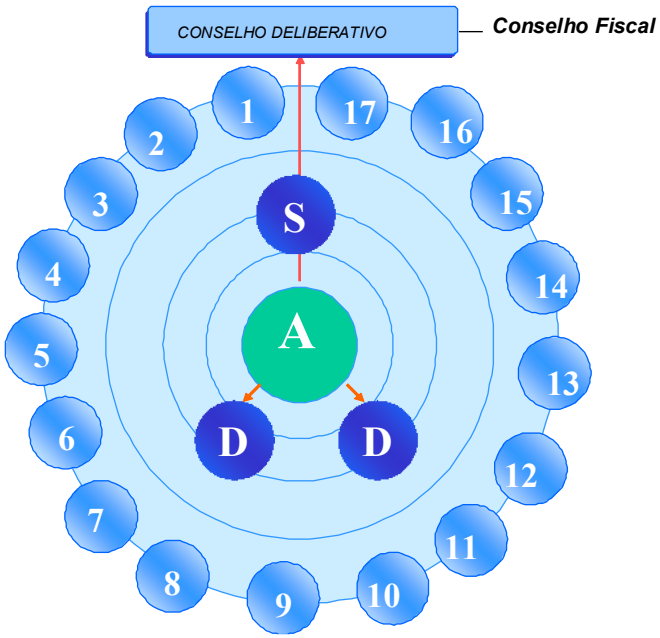
Analisado o contexto, foram traçadas as estratégias e construída a carteira de projetos para atingir os desafios perseguidos de:

- Ampliação do número de territórios priorizados para atendimento;
- Consolidação da presença em regiões com menor densidade empresarial;
- Adequação gradual da carteira de projetos em observância à evolução dos cenários.

2.4 Organograma

O organograma do SEBRAE/SE está representado na Figura 1 a seguir, com uma descrição sucinta, em quadro adiante, da missão atribuída às unidades que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional com a identificação dos respectivos titulares, cargo e o período de atuação na função da respectiva unidade dentro do exercício 2015.

Figura 2 – Organograma



S - Superintendência
A - DIREX - Diretoria Executiva
D - Diretoria

Unidades

1. Unidade de Atendimento Individual - UAI

2. Unidade de Atendimento Coletivo – Indústria –UAC/IND

3. Unidade de Atendimento Coletivo – Comércio e Serviços – UAC/CS

4. Unidade de Atendimento Coletivo – Agronegócios – UAC/AGRO

5. Unidade de Desenvolvimento Territorial - UDT

6. Unidade de Soluções Empresariais - USE

7. Unidade de Políticas Públicas – UPP

8. Unidade de Gestão Estratégica - UGE

9. Unidade de Auditoria - UAUDIT

10. Unidade de Finanças e Gestão Orçamentária - UFGO

11. Unidade de Contabilidade - UCON

12. Unidade de Administração e Logística - UADLOG

13. Unidade Jurídica - UJ

14. Unidade de Marketing e Comunicação - UMC

15. Unidade de Gestão de Pessoas - UGP

16. Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação – UTI

17. Unidade de Projetos Especiais – UPE

Quadro 1 – Unidades Organizacionais

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências: Missão	Titular	Cargo	Período de Atuação
Unidades de Atuação Finalística				
I - Unidade de Atendimento Individual - UAI	Missão: Garantir Atendimento Individual às micro e pequenas empresas e empreendedores, de forma extensiva, intensiva, continuada e com foco em resultados efetivos.	Débora de Aragão Mendonça	Gerente	01/01 a 31/12/2015
II - Unidade de Atendimento Coletivo – Indústria – UAC/IND	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos de atendimento incluídos na carteira da Indústria, com foco nos resultados pactuados, bem como estabelecer relações internacionais destinadas ao intercâmbio de melhores práticas e a cooperação institucional para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.	Paulo Afonso Marques de Souza	Gerente	01/01 a 31/12/2015
III - Unidade de Atendimento Coletivo - Comércio e Serviços – UAC/CS	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos de atendimento incluídos na carteira de comércio e serviços, com foco nos resultados pactuados.	Maria Julia Barreto Vasconcelos	Gerente	01/01 a 31/12/2015
IV - Unidade de Atendimento Coletivo – Agronegócios – UAC/AGRO	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos finalísticos incluídos na carteira de agronegócios e territórios específicos de baixa densidade empresarial ou elevados níveis de informalidade, com foco nos resultados pactuados.	Angela Maria de Souza	Gerente	01/01 a 31/12/2015
V - Unidade de Desenvolvimento Territorial - UDT	Missão: Promover e implementar programas e projetos específicos para o desenvolvimento dos territórios, com foco em resultados efetivos.	Pedro Gomes Fiscina Filho	Gerente	01/01 a 31/12/2015
Unidades de Conhecimento e Articulação				
I - Unidade de Soluções Empresariais – USE	Missão: Prover o SEBRAE/SE de conhecimentos e soluções de fomento à inovação e tecnologia em abordagens individuais e coletivas, de informação e de consultoria tecnológica, na área de gestão empresarial para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.	Ana Teresa da Silva Neto	Gerente	01/01 a 31/12/2015

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências: Missão	Titular	Cargo	Período de Atuação
II - Unidade de Políticas Públicas – UPP	Missão: Desenvolver ações e articular políticas públicas visando a criação de ambiente favorável à competitividade e sustentabilidade das micro e pequenas empresas, a formalização dos pequenos negócios e implementação de parcerias por meio de relacionamento institucional com entidades públicas e privadas.	Adeilson Graça Leite	Gerente	01/01 a 31/12/2015
III – Unidade de Projetos Especiais	Missão: Conceber, articular, negociar e gerir projetos estruturantes visando o desenvolvimento do estado de Sergipe, através da articulação e implementação de alianças estratégicas institucionais com entidades públicas e privadas, bem como de parcerias internas com as unidades de atendimento ao público-alvo do SEBRAE/SE, visando a promoção do acesso e a ampliação de mercados.	José Leite Prado Filho	Gerente	15/04 a 31/12/2015
Unidades de Suporte e Gestão				
I - Unidade de Gestão Estratégica – UGE	Missão: Criar condições para o SEBRAE/SE atuar estrategicamente para o alcance de sua missão, utilizando processos de conhecimento e gestão.	Edilson Santos Nascimento	Gerente	01/01 a 31/12/2015
II - Unidade de Auditoria - UAUDIT.	Missão: Prover assessoramento para a efetiva e transparente aplicação dos recursos do SEBRAE/SE, tendo como referencial os normativos de controle internos e externos.	Erathosthenes Menezes Júnior	Gerente	01/01 a 31/12/2015
III - Unidade de Finanças e Gestão Orçamentária - UFGO	Missão: Gerir os recursos administrativos e financeiros do SEBRAE/SE e desenvolver ações de suporte às suas operações.	Marco Otávio dos Santos Vianna Sônia Maria dos Santos	Gerente Gerente	01/01 a 04/05/2015 05/05 a 31/12/2015
IV - Unidade de Contabilidade - UCON	Missão: Formular e gerir o processo contábil, garantindo a consistência das informações legais e gerenciais do SEBRAE/SE.	Jorge Luiz Vieira	Gerente	01/01 a 31/12/2015

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências: Missão	Titular	Cargo	Período de Atuação
V - Unidade de Administração e Logística – UADLOG	Missão: Responder pela gestão e controle dos recursos administrativos, garantindo o apoio coordenado a todas as unidades organizacionais.	Andreia Ismerim Silva Tenório	Gerente	01/01 a 31/12/2015
VI - Unidade Jurídica – UJ	Missão: Prestar consultoria jurídica e assessoria judicial e extrajudicial ao SEBRAE/SE na administração e defesa de seus interesses institucionais e na disponibilização de entendimentos jurídicos sobre a legislação federal.	Cassandra Freire Sandes Lopes	Gerente	01/01 a 31/12/2015
VII - Unidade de Marketing e Comunicação - UMC	Missão: Promover a divulgação da atuação do SEBRAE/SE junto à sociedade empreendedora, realizando a compreensão de sua missão e a acessibilidade aos seus projetos e serviços.	José Luiz Zacharias Fialho	Gerente	01/01 a 31/12/2015
VIII - Unidade de Gestão de Pessoas – UGP	Missão: Promover a gestão de pessoas, visando suprir e desenvolver competências para o alcance dos objetivos organizacionais do SEBRAE/SE.	Maria Bethânia Costa Cabral Garcia Moreno	Gerente	01/01 a 31/12/2015
IX - Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação – UTI	Missão: Promover e coordenar as ações relacionadas com a utilização da tecnologia da informação e comunicação no SEBRAE/SE.	Marilene Joaquim Azevedo Andrade	Gerente	01/01 a 31/12/2015

2.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos ou de negócio trabalhados na instituição estão mapeados conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Potencialização do ambiente favorável aos pequenos negócios	Participar e influenciar na formulação e implementação de políticas que beneficiem os pequenos negócios	Criação de ambiente favorável aos pequenos negócios; implementação da Lei Geral; e proposições de políticas de desenvolvimento.	Governos municipais, pequenos negócios, potenciais empresários e sociedade.	UPP
Articulação e gestão de parcerias	Atuar com parceiros com o objetivo de intensificar e aumentar a capacidade de execução do SEBRAE e implementar ações/iniciativas para o desenvolvimento das potencialidades e vocações locais, o empreendedorismo e a abertura de novos negócios.	Acordos, pactos e convênios com produção de resultados organizacionais para sociedade e controladores	Unidades operacionais do SEBRAE/SE e organizações parceiras	UDT e UPE
Inteligência de negócios	Monitorar e analisar o mercado dos pequenos negócios e suas tendências com o objetivo de identificar oportunidades e gerar ideias que possam auxiliar a tomada de decisão e apri-	Cenário de atuação do SEBRAE/SE. Pesquisas e estudos demandados.	SEBRAE/SE, entidades, empresários e sociedade	UGE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	morar a atuação do Sebrae/SE.			
Atendimento a mercado e clientes	Definir as estratégias de atendimento em alinhamento às necessidades e expectativas de cada segmento de clientes e executá-las por meio da oferta de produtos e serviços.	Produtos e soluções que atendam as necessidades dos clientes (Orientação e Informação, Cursos, Palestras, Oficinas, Consultoria, Missões, Feiras, Rodadas de negócio, Projetos, Acesso a eventos de mercado, Acesso a serviços financeiros etc.)	Todos os segmentos de clientes (MEI, ME, EPP, produtor rural, potencial empresário e potencial empreendedor).	UAI e demais unidades de atendimento (UAC-CS, UAC-IND e UAC-AGRO) e unidades de conhecimento (UPE e USE)
Gestão do relacionamento com cliente	Garantir atuação adequada para cada um dos segmentos de clientes, alinhando processos internos de customização e execução de soluções.	Identificação, estruturação e monitoramento de canais de relacionamento com os clientes	Todos os segmentos de clientes (MEI, ME, EPP, produtor rural, potencial empresário e potencial empreendedor).	UAI, UAC-CS, UAC-IND, UAC-AGRO, UPE e USE

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Conforme o mapa estratégico do SEBRAE/SE os seus objetivos estratégicos estão assim definidos:

P1-Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.
P2-Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.
P3-Promover a educação e a cultura empreendedora.
P4-Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.
P5-Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos.
Promover nos pequenos negócios a cultura da gestão com foco na sustentabilidade.
R1-Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.
R2-Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE/SE e o atendimento aos clientes.
O monitoramento de realização dos objetivos estratégicos é feito através das RAEs – Reuniões de Acompanhamento da Estratégia.

No exercício de 2015 a aplicação de recursos entre os objetivos estratégicos locais teve a seguinte distribuição:

Quadro 3 – Aplicação de Recursos por Objetivos Estratégicos Locais

SME2.0 Sistema de Monitoramento Estratégico

Execução Orçamentária Por Estratégia

Parâmetros
PPA 2015 - 2018
12 - Dezembro
SEBRAE/SE
Parametro
Objetivo Estratégico Local

Estratégia Atuação	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executada	% Participação
P1-Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	22.337.419	24.063.851	21.218.456	88,18%	87,44%
P2-Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	1.309.323	1.262.959	667.915	52,88%	2,75%
P3-Promover a educação e a cultura empreendedora.	1.030.000	960.775	886.555	92,27%	3,65%
P4-Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	150.000	98.286	15.478	15,75%	0,06%
P5-Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos.	2.116.674	845.000	640.065	75,75%	2,64%
Promover nos pequenos negócios a cultura da gestão com foco na sustentabilidade.	538.620	0	0,0	0,0%	0,0%
R1-Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e	320.000	280.300	260.555	92,96%	1,07%
R2-Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	82.000	82.000	49.445	60,30%	0,20%
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae/SE e o atendimento ao	970.000	528.030	527.299	99,86%	2,17%

Fonte: SME

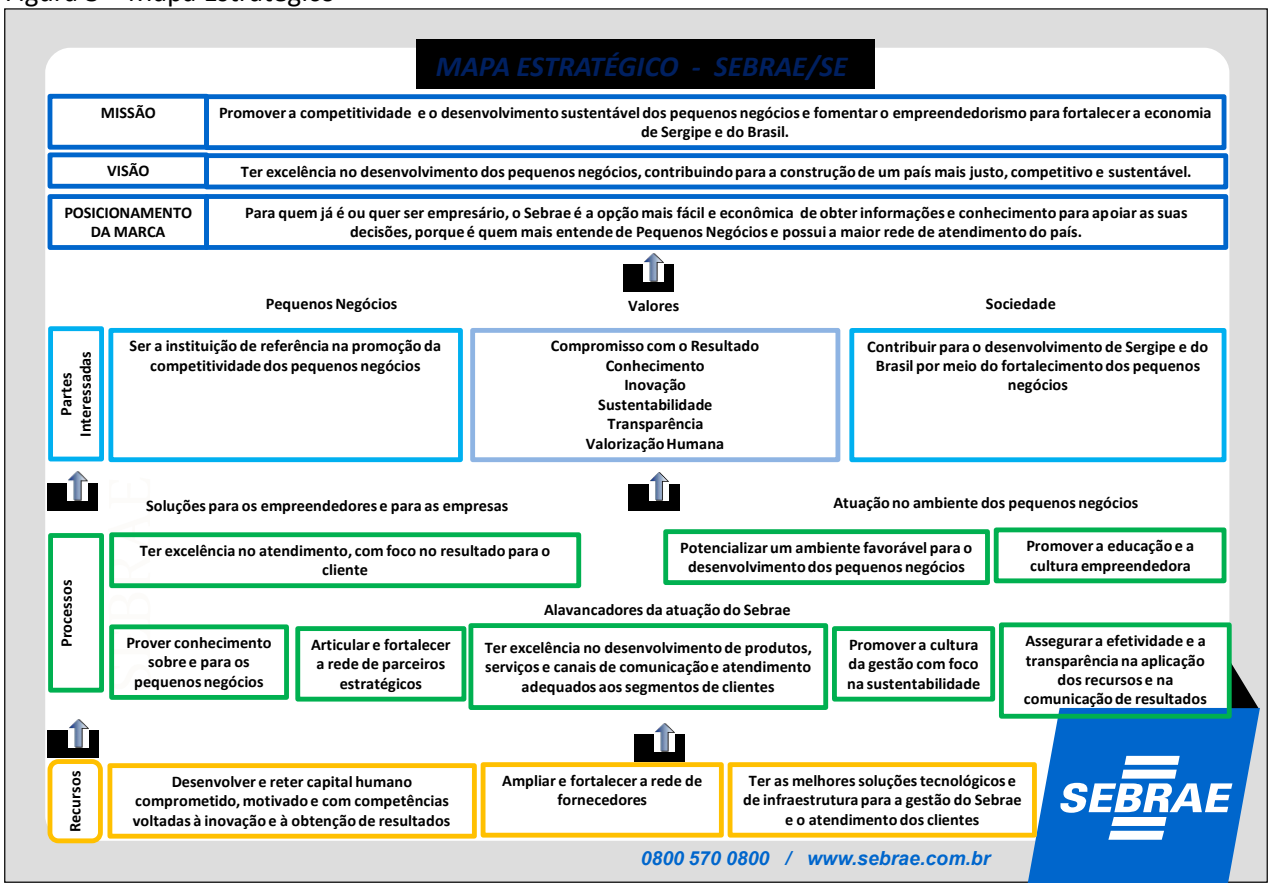
O objetivo estratégico "Promover nos pequenos negócios a cultura da gestão com foco na sustentabilidade" não teve execução, pois o projeto Sertão Empreendedor que executaria este objetivo

foi descontinuado e novo projeto reorientou os recursos ao objetivo estratégico de “Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente”,

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O SEBRAE/SE tem o seu PPA – Planejamento Plurianual feito para quadriênios e anualmente revisado. Quando da elaboração do PPA 2015-2018 foi feita a avaliação e revisão do planejamento estratégico, resultando na representação a seguir através do mapa estratégico.

Figura 3 – Mapa Estratégico



Em 2015 objetivando a construção do PPA 2016-2019 foi feito um trabalho de redirecionamento estratégico para a revisão dos objetivos estratégicos e prioridades.

O monitoramento da estratégia é feito através das RAEs – Reuniões de Acompanhamento da Estratégia.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os planos do SEBRAE/SE são elaborados de acordo com sua missão e competências, em alinhamento com os planos do SEBRAE Nacional, entidade coordenadora do Sistema SEBRAE.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

No seu dia a dia a unidade dispõe de diversas ferramentas que suporte ao monitoramento da execução e resultados dos planos, sendo o SME – Sistema de Monitoramento Estratégico, o BI (Business intelligence) que reúne e compara os dados de planejamento e execução extraídos do SGE – Sistema de Gestão Estratégica (dados de planejamento), do RM Totvs (dados de execução financeira) e do SIACweb – Sistema Integrado de Atendimento ao Cliente (dados de execução física). O SGE também é ferramenta de gestão da carteira de projetos.

Através dos Boletins de Monitoramento Estratégico emitidos pelo SEBRAE/NA a partir do SME – Sistema de Monitoramento Estratégico são, mensalmente, produzidos um resumo da execução orçamentária e física da unidade e apresentados ao CDE – Conselho Deliberativo Estadual. Com o corpo gerencial e diretoria o monitoramento da execução e os resultados são acompanhados através das RAE – Reunião de Acompanhamento da Estratégia, realizadas trimestralmente. Ao Conselho Fiscal cabe a análise dos demonstrativos contábeis em reuniões trimestrais. Também trimestralmente a unidade é auditada por auditoria independente contratada pelo SEBRAE/NA.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O SEBRAE/SE é um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990.

Suas atividades não possuem relação com a execução física e financeira da Lei Orçamentária Anual, de forma que esse item não se enquadra no Relatório de Gestão.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não houve fatores merecedores de registros como causadores de interferência na execução orçamentária da unidade.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

As transferências de recursos para execução de ações direcionadas ao público-alvo do SEBRAE/SE nos anos de 2013 a 2015 são condensadas conforme quadro a seguir.

Quadro 4– Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	SEBRAE/SE					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos			Montantes repassados no exercício (em R$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	6	5	5	341.896,92	466.900,58	423.635,19
Contrato de repasse						
Totais						

Fonte: UCON – Unidade de Contabilidade

A execução mediante transferências em 2015 aconteceu para a operação da Central de Relacionamento SEBRAE/Bloco Nordeste (AL, PE, PB e SE), com o SEBRAE/PE e na continuidade do apoio a incubadoras para a aplicação do modelo CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos para gestão por meio do apadrinhamento de incubadoras, como i-Tec e CISE, entre outras.

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas

As receitas da unidade tiveram o comportamento do quadro a seguir com variações que são comentadas na sequencia.

Quadro 5 – Execução x Programação Orçamentária das Receitas

Receitas	Previsão			Execução		
	Original (a)	Ajustada (b)	% Δ (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Receitas Correntes	**51.050**	**52.970**	**3,8%**	**51.769**	**101,4%**	**97,7%**
Contribuição Social Ordinária - CSO	31.401	29.989	-4,5%	29.989	95,5%	100,0%
Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN	14.578	16.605	13,9%	15.091	103,5%	90,9%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	427	2.078	386,7%	2.078	486,7%	100,0%
CSO - Ressarcimentos	200	200	0,0%	56	28,0%	28,0%
Aplicações Financeiras	320	320	0,0%	1.271	397,2%	397,2%
Convênios com Sebrae/NA	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Convênios com Parceiros	2.597	1.051	-59,5%	44	1,7%	4,2%
Empresas Beneficiadas	1.487	2.687	80,7%	3.011	202,5%	112,1%
Outras Receitas	40	40	0,0%	229	572,5%	572,5%
Déficit Corrente				0		
Receitas de Capital	**150**	**367**	**144,7%**	**217**	**144,7%**	**59,1%**
Alienação de Bens	150	150	0,0%	0	0,0%	0,0%
Opers. de Crédito / Receb. de Empréstimos	0	217	0,0%	217	0,0%	100,0%
Receitas Totais	**51.200**	**53.337**	**4,2%**	**51.986**	**101,5%**	**97,5%**
Saldo de Exercícios Anteriores	**2.870**	**3.690**	**28,6%**	**-**	**-**	**-**
Resultado - Déficit				0		
Total Geral	**54.070**	**57.027**	**5,5%**	**51.986**	**96,1%**	**91,2%**

Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

As aplicações financeiras tiveram um aumento significativo em função da melhor gestão do caixa. O incremento de outras receitas é percentualmente alto, mas seus valores absolutos são irrelevantes.

A receita de convênios com parceiros teve sua execução prejudicada pela limitação de Governo Estadual, Prefeituras e outros entes públicos de formalização de instrumentos que viabilizem os repasses de recursos aliada às dificuldades financeiras dos entes.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

As despesas da unidade tiveram o comportamento do quadro a seguir com variações que são comentadas na sequência.

Quadro 6 – Execução x Programação Orçamentária das Despesas

Despesas	Previsão			Execução		
	Original (a)	Ajustado (b)	% Δ (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Despesas Correntes	**52.526**	**55.700**	**6,0%**	**51.740**	**98,5%**	**92,9%**
Pessoal, Encargos e Benefícios	15.246	16.381	7,4%	16.484	108,1%	100,6%
Serviços Profissionais e Contratados	27.762	29.841	7,5%	24.154	87,0%	80,9%
Demais Despesas Operacionais	9.182	8.821	-3,9%	10.264	111,8%	116,4%
Encargos Diversos	66	335	407,6%	440	666,7%	131,3%
Transferências	270	322	19,3%	398	147,4%	123,6%
Transferências (Sebrae/UF)	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
□						
□						
□						
Superávit Corrente				29		
Despesas de Capital	**1.143**	**360**	**-68,5%**	**229**	**20,0%**	**63,6%**
Investimentos / Outros	1.143	340	-70,3%	211	18,5%	62,1%
Financ. /Amort. de Empréstimos	0	20	0,0%	18	0,0%	90,0%
Despesas Totais □	**53.669**	**56.060**	**4,5%**	**51.969**	**96,8%**	**92,7%**
Fundo de Reserva	**401**	**967**	**141,1%**	**-**	**-**	**-**
Resultado Superávit □				17		
Total Geral	**54.070**		**5,5%**	**51.986**	**96,1%**	**91,2%**

Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

Uma demonstração comparativa de despesas com o ano de 2014 é apresentada a seguir.

Quadro 7 – Despesas correntes – Comparativo 2015 x 2014

DESPESAS CORRENTES								
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Grupos de Despesa	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal							**16.483.297,66**	**13.704.899,73**
Salários e proventos							10.808.496,88	8.804.951,66
Benefícios...							2.400.033,60	1.993.874,25
Encargos Trabalhistas...							3.274.767,18	2.906.073,82
2. Juros e Encargos da Dívida								
	-							
3. Outras Despesas Correntes							**36.632.006,03**	**30.425.981,91**
Instrutoria e Consultoria							13.273.460,11	9.544.438,63
Serviços técnicos e especializados							2.524.356,29	2.596.284,29
Manutenção segurança e Limpeza							1.860.062,60	1.559.992,84
Demais Serviços contratados							6.045.757,92	5.349.754,82
Encargos Sociais sobre Serviços de Terceiros							455.792,86	370.809,64
Despesas com Viagem							3.359.936,01	2.683.371,83
Alugue e Encargos							2.382.139,04	1.723.052,32
Divulgação, Anúncios, publicidade.							903.084,26	530.146,37
Serviços Graficos e de Reprodução							1.103.252,63	734.591,73
Serviços de Comunicação em Geral							335.370,57	338.869,31
Materiais de Consumo							1.483.735,30	1.984.012,09
Demais Custos e Despesas Gerais							704.402,01	504.722,78
Encargos Diversos							413.810,59	241.088,62
Transferencias							0,00	494.601,16
Variação Monetária passiva							11.706,88	0
despesa com provisão							104.052,98	486.725,39
Depreciação e Amortização							1.101.401,13	1.098.978,92
Outras Despesas Operacionais							569.684,85	184.541,17
TOTAL							**53.115.303,69**	**44.130.881,64**
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Móveis e utensílios							**19.639,65**	**54.217,83**
Veículo e acessórios.							**8.338,00**	**105.000,00**
Máquina e equipamento.							**58.264,22**	**89.773,79**
Equipamento de informática							**69.350,80**	**833.567,80**
Instalações							**22.970,00**	**45.000,00**
Obras de arte							**8.500,00**	**13.150,00**
5. Inversões Financeiras	-							
6. Amortização da Dívida								

3.4 Desempenho operacional

Na realização orçamentária o SEBRAE/SE apresentou o seguinte desempenho nos limites estabelecidos pelo Sistema.

Figura 4 – Limites orçamentários

Fonte: SME

Assim, somente não foi atingido o limite de contrapartida de CSO – Contribuição Social Ordinária por decorrência da não viabilização de convênios, em especial com o setor público.

Nas realizações físicas o desempenho operacional pode ser demonstrado pelo resultado dos atendimentos:

Quadro 8 – Realizações por instrumento de atendimento

Comparativo Execução/Previsão					
Instrumento	**Indicador**	**Previsto Original para 2015**	**Previsto Ajustado para 2015**	**Execução até Dez - 2015**	**% de Execução em 2015**
CONSULTORIA	Número de consultorias			15.556	
	Número de horas	104.630	112.829	164.661	145,9%
	número de Pequenos Negócios			7.682	
	Potenciais empresarios			1.665	
CURSO	Número de concluintes em cursos a distância			2.724	
	Número de			8.036	

Comparativo Execução/Previsão					
Instrumento	**Indicador**	**Previsto Original para 2015**	**Previsto Ajustado para 2015**	**Execução até Dez - 2015**	**% de Execução em 2015**
	concluintes em cursos presenciais				
	Número de Cursos	540	475	446	93,9%
	Número de Cursos à Distância			60	
	número de Pequenos Negócios			1.559	
	Potenciais Empreendedores			71	
	Potenciais empresarios			4.252	
FEIRAS	Nº de feiras do SEBRAE	5	11	5	45,5%
	Nº de pequenos negócios expositores em feiras de terceiros	23	16	24	150,0%
	Nº de pequenos negócios expositores em feiras do SEBRAE	30	360	166	46,1%
MISSÃO E CARAVANA	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	34	38	37	97,4%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	5	16	12	75,0%
	Nº de pequenos negócios para eventos de terceiros	272	312	206	66,0%
	Nº de pequenos negócios para eventos do SEBRAE	30	147	73	49,7%
	Nº de potenciais empresários para eventos de terceiros	39	29	248	855,2%
	Nº de potenciais empresários para eventos do SEBRAE	50	50	9	18,0%
OFICINA	Nº de Oficinas	202	261	283	108,4%
	Nº de Participantes	3.460	3.849	4.365	113,4%
	Número de			902	

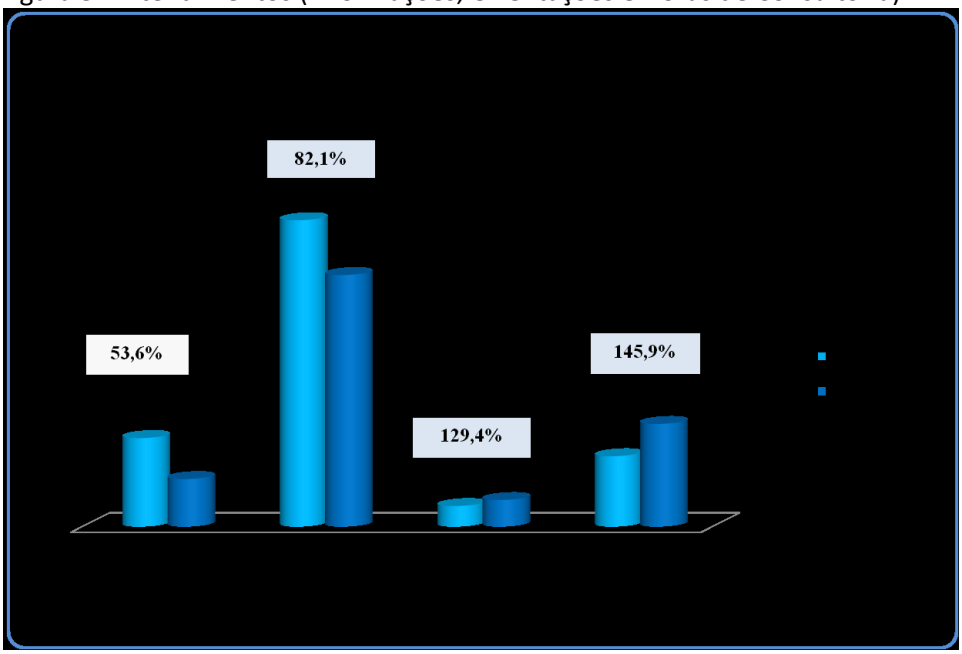
Comparativo Execução/Previsão					
Instrumento	**Indicador**	**Previsto Original para 2015**	**Previsto Ajustado para 2015**	**Execução até Dez - 2015**	**% de Execução em 2015**
	Pequenos Negócios				
	Número de Potenciais Empresários			1.535	
ORIENTAÇÃO TÉCNICA	Número de orientações	32.713	32.817	42.465	129,4%
	número de Pequenos Negócios			13.642	
	Potenciais empresarios			11.256	
PALESTRA	Nº de Palestras	252	409	595	145,5%
	Nº de Participantes	5.577	9.155	13.188	144,1%
	Número de Pequenos Negócios			1.934	
	Número de Potenciais Empreendedores			239	
	Número de Potenciais Empresários			5.498	
RODADA	Nº de Pequenos negócios	211	351	478	136,2%
	Nº de Rodadas	7	18	10	55,6%
SEMINÁRIO	Nº de Participantes	340	400	876	219,0%
	Nº de Seminário	13	8	19	237,5%
	Número de Pequenos Negócios			465	
	Número de Potenciais Empresários			197	
Número de Potenciais Empresários		10124	16116	19.330	101,3%
Número de Potenciais Empreendedores		2967	2967	518	17,5%
Número de Empresas Atendidas		18.148	15.743	16.500	104,8%
Número de Pessoas Informadas Sem Cadastro		-	-	395.472	-
Número de Pessoas Informadas Com Cadastro		-	-	8.113	-
Número de informações		146.562	141.929	76.125	53,6%

Fonte: SME

Os indicadores zerados nas colunas “previsto original” e “previsto ajustado” não são objeto de previsões, são monitorados apenas na execução.

Tomando-se os indicadores passíveis de comparativo previsão/execução são apresentados os gráficos que se seguem com comentários de variações com maiores discrepâncias.

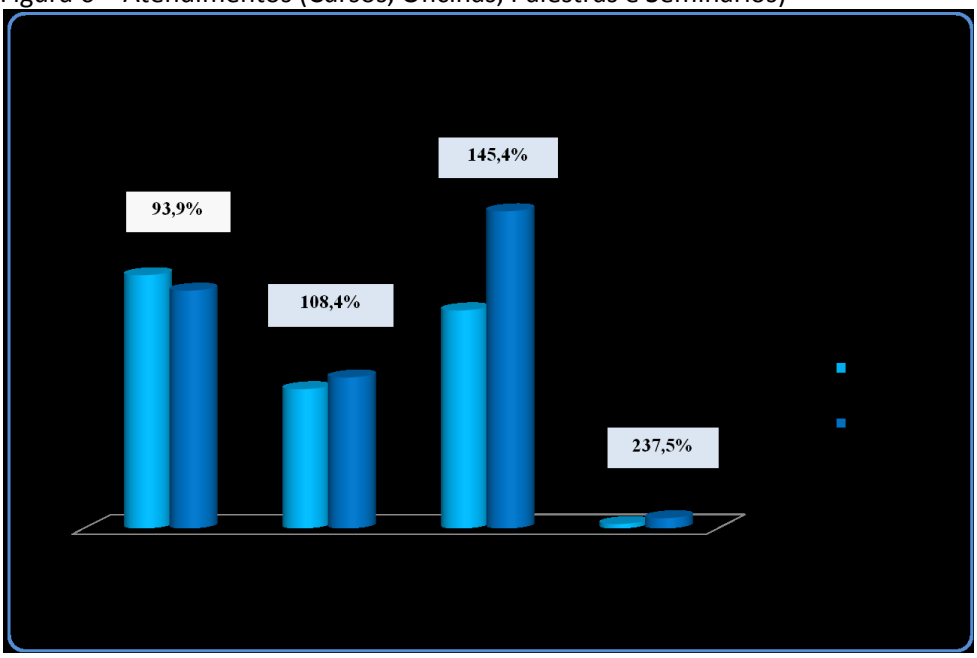
Figura 5 – Atendimentos (Informações, Orientações e Horas de Consultoria)



Informações são serviços relacionados à disponibilização de informações gerais, de interesse empresarial, podendo ser demandadas pelo cliente, tais como localização, endereço e telefone de instituições públicas e privadas, informações sobre cursos e produtos do SEBRAE, inscrições etc. Podem ser presenciais ou à distância e compreendem programas de rádio e TV, mídias sociais, acesso ao portal SEBRAE etc. Assim, variações a menor executadas não comprometem a realização da missão SEBRAE, sendo a ela complementar.

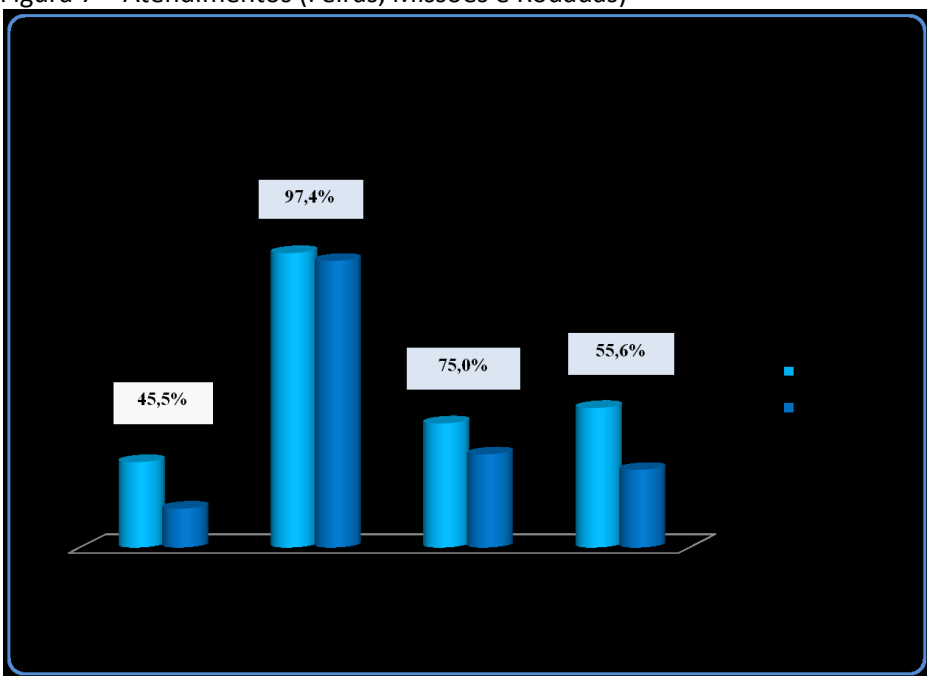
As orientações e horas de consultoria tiveram realizações 130 e 146 por cento, respectivamente, superiores ao previsto, em muito fruto de uma demanda empresarial mais ávida por fortalecimento dos negócios ou em começar bem um negócio.

Figura 6 – Atendimentos (Cursos, Oficinas, Palestras e Seminários)



Cursos e oficinas tiveram um desempenho equilibrado com realização da ordem de 100%. Já palestras e seminários superaram o previsto em 45 e 138 por cento, respectivamente, sendo que em palestras muito contribuiu o movimento "Compre do Pequeno Negócio" lançado em 2015 pelo sistema SEBRAE para o empoderamento pela sociedade.

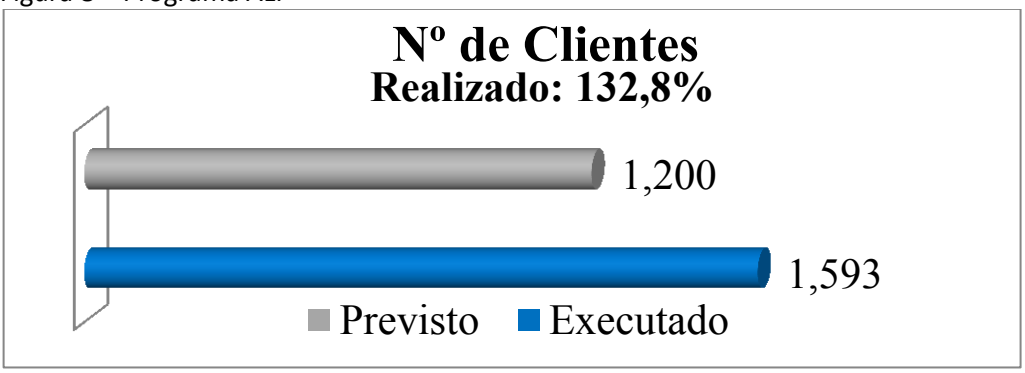
Figura 7 – Atendimentos (Feiras, Missões e Rodadas)



Os atendimentos através dos instrumentos feiras do SEBRAE, missões/caravanas para eventos do SEBRAE e rodadas de negócios tiveram execuções de, respectivamente, 46, 75 e 56 por cento pela dinâmica do mercado e escolhas do público-alvo. As missões para eventos de terceiros tiveram realização da ordem de 100% do previsto.

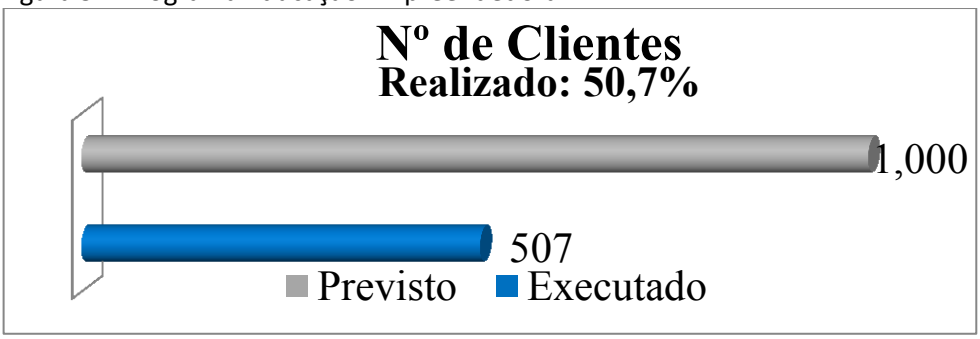
Os programas nacionais tiveram em Sergipe uma destacada atuação, conforme demonstram os gráficos que se seguem com o número de clientes atendidos no exercício 2015 com superação das metas previstas em três dos cinco programas. Ficaram abaixo do previsto o programa Educação Empreendedora (51%) que somente se iniciou no segundo semestre e o SEBRAE Mais (83%) voltado a prover com soluções em gestão a pequena empresa segmento com menor universo no Estado.

Figura 8 – Programa ALI



Fonte: SME

Figura 9 – Programa Educação Empreendedora



Fonte: SME

Figura 10 – Programa Negócio a Negócio

Fonte: SME

Figura 11 – Programa SEBRAE Mais

Fonte: SME

Figura 12 – Programa SEBRAETEC

Fonte: SME

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

São indicadores macro do sistema SEBRAE a realização da taxa de pequenos negócios atendidos e a taxa de realização das metas mobilizadoras.

Para a taxa de pequenos negócios atendidos o SEBRAE/SE alcançou em 2015 a taxa de 26,3% que frente à taxa prevista de 28,8% significou uma realização de 91,2% do previsto. A figura a seguir mostra essa taxa a partir do Boletim de Monitoramento.

Figura 13 – Taxa de Pequenos Negócios

UF	Universo	Número de Pequenos Negócios Atendidos	% Pequenos Negócios Atendidos / Base SRF	Indicador Previsto	% Realizado
SE	62.833	16.500	26,3%	28,8%	91,2%

As metas mobilizadoras em 2015 tiveram a realização exibida na Figura 5.

Figura 14 – Metas Mobilizadoras

Metas Mobilizadoras

META	PREVISAO	EXECUÇAO	%
Meta 1 - Atendimento	17.222	16.500	95,8%
Meta 2 - Inovação	2.850	3.003	105,4%
Meta 3 - MEI	9.700	10.245	105,6%
Meta 4 - ME	6.602	5.329	80,7%
Meta 5 - EPP	920	926	100,7%
Meta 6 - Lei Geral	31	45	145,2%
Meta 7 - Fidelização	52,0%	49,0%	

Na execução das metas mobilizadoras o SEBRAE/SE teve um bom desempenho, ultrapassando 100% em quatro, em duas executando mais de 90% e em uma realizando 80% do previsto, caso da meta de atendimentos a microempresas.

4 GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

A governança da unidade é formada, em instância máxima, pelo Conselho Deliberativo Estadual – CDE assessorado pelo Conselho Fiscal. A gestão da unidade compete à Diretoria Executiva – DIREX.

Tem ainda o SEBRAE/SE a atuação de auditoria independente que faz um trabalho trimestral encaminhando relatório à DIREX e ao Conselho Fiscal. Outros entes auxiliam a governança da unidade como a Unidade de Auditoria – UAUDIT e os Comitês de Tecnologia da Informação, Comitê de Remuneração Variável, Comitê de Ética e o Comitê do Programa SEBRAE de Excelência em Gestão – PSEG que coordena a implantação do PMG – Plano de Melhoria de Gestão. Este plano é derivado de um trabalho de diagnóstico assistido que avalia a gestão da unidade e identifica os pontos fortes e as oportunidades de melhoria que, após priorização da DIREX, deverão ser trabalhadas no PMG.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Os colegiados da unidade estão assim constituídos:

Quadro 9 – Composição do Conselho Deliberativo Estadual - CDE

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERIODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
Lucia Helena Cruz Moya Cuevas	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	26/02/2015	BANCO DO BRASIL
Eduardo Cavalcante Moraes Santos	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	02/09/2015	BANCO DO BRASIL
José Marconi Guimarães Lima	Titular Conselho Deliberativo	27/02/2015	02/09/2015	BANCO DO BRASIL
Cristiane Maria da Silva Albuquerque	Suplente Conselho Deliberativo	03/09/2015	31/12/2015	BANCO DO BRASIL
Ingo Kobarg Júnior	Titular Conselho Deliberativo	03/09/2015	31/12/2015	BANCO DO BRASIL
José Antonio Valente Dias	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	BANCO DO BRASIL
José Normando da Mota Guimarães Filho	Titular Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	BANCO DO BRASIL
Edson Freire Caetano	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	BANESE
Fernando Soares da Mota	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	BANESE
Anacleto Gosbelli	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	30/07/2015	CAIXA ECONOMICA
José Ronaldo Cunha Maia	Titular Conselho Deliberativo	31/07/2015	02/09/2015	CAIXA ECONOMICA

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERIODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
Marco Antônio Queiroz	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	CAIXA ECONOMICA
Brenno Luiz Ribeiro Barreto	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	CDL
Samuel Rodrigues Schuster	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	CDL
Eduardo Prado de Oliveira Junior	Diretor das áreas Administrativa e Financeira	01/01/2015	31/12/2015	DIREX SEBRAE
Emanoel Silveira Sobral	Diretor Superintendente	01/01/2015	31/12/2015	DIREX SEBRAE
Marcelo Farias Barreto	Diretor da Area Técnica	01/01/2015	31/12/2015	DIREX SEBRAE
Alexandre Santana Porto	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FACIASE
Wladimir Alves Torres	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FACIASE
Pedro Ribeiro de Aguiar Fonseca	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	15/01/2015	FAESE
Braulio Augusto Lyra Vieira	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FAESE
Saumineo da Silva Nascimento	Titular Conselho Deliberativo	15/01/2015	31/12/2015	FAESE
Edivaldo Francisco da Cunha	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FCDL
Gilson Silveira Figueiredo	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FCDL
Alex Cavalcante Garcez	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FECOMERCIO
José Marcos de Andrade	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FECOMERCIO
Cicero Gomes Barros	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FIES
José Abilio Guimarães Primo	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	FIES
Antonio Cabral Neto	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	IEL
Peterson Ferreira Barros	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	IEL
José do Patrocinio Hora Alves	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	30/07/2015	ITPS
Jecson Leo de Sousa Araújo	Titular Conselho Deliberativo	31/07/2015	31/12/2015	ITPS
Lucia Calumby B. de Macedo	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	ITPS
Elizis Maria de Farias	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	23/11/2015	SEBRAE
Evandro Santos Nascimento	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	SEBRAE

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERIODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
Mario Lucio de Ávila	Suplente Conselho Deliberativo	24/11/2015	31/12/2015	SEBRAE
Roberto Bispo de Lima	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	27/04/2015	SEDETEC
Carlos Augusto Franco Guimarães	Suplente Conselho Deliberativo	28/04/2015	31/12/2015	SEDETEC
Élida Maria Cândida Pereira Santos	Titular Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	SEDETEC
Saumineo da Silva Nascimento	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	27/01/2015	SEDETEC
Francisco de Assis Dantas	Titular Conselho Deliberativo	28/01/2015	31/12/2015	SEDETEC
Pedro Xavier de Melo Neto	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	SEDETEC
Hugo Lima França	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	SENAC
José Carlos Quintino de Moura	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	SENAC
Dênio Augusto Leite Santos	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	SENAR
Raymundo Almeida Neto	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2015	31/12/2015	SENAR

Conforme o Art. 1º de seu regimento o Conselho Deliberativo Estadual – CDE é o órgão colegiado que detém o poder originário e soberano no âmbito do SEBRAE/SE, com as competências detalhadas no Art. 5º do mesmo regimento.

Quadro 10 – Composição do Conselho Fiscal

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERIODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
José Antonio Valente Dias	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	BANCO DO BRASIL
José Normando da Mota Guimarães Filho	Titular Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	BANCO DO BRASIL
Élida Maria Cândida Pereira Santos	Titular Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	SEDETEC
Pedro Xavier de Melo Neto	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	SEDETEC
Epifânio Jose Fontes de Goes	Presidente do Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	SENAR
Raildo Vieira Meneses	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2015	31/12/2015	SENAR

Conforme o Art. 1º de seu regimento o Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo Estadual – CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira, com as competências detalhadas no Art. 2º do mesmo regimento.

Quadro 11 – Composição da Diretoria Executiva – DIREX

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERIODO DE GESTÃO	
Emanoel Silveira Sobral	Diretor Superintendente	01/01/2015	31/12/2015
Eduardo Prado de Oliveira Junior	Diretor das Áreas Administrativa e Financeira	01/01/2015	31/12/2015
Marcelo Farias Barreto	Diretor da Área Técnica	01/01/2015	31/12/2015

A Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/SE e, conforme o Estatuto Social do SEBRAE/SE, os dirigentes são eleitos pelo CDE para um mandato de quatro anos consecutivos, permitida a reeleição. Os dirigentes são demissíveis *ad nuntum* ou em face de representação, conforme previsto no inciso III do Art. 13 do Estatuto Social.

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna do SEBRAE Sergipe é uma gerência subordinada a Superintendência da entidade e tem como missão prover o assessoramento para a efetiva e a transparente aplicação dos recursos do SEBRAE Sergipe, tendo como referencial os normativos de controles interno e externo, analisando e monitorando os riscos da Entidade, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em gestão de riscos, atuando de forma independente com ética e agregando valor aos negócios.

A Unidade de Auditoria Interna do SEBRAE/SE busca a melhoria dos controles internos das áreas administrativas e operacionais sendo que no exercício de 2015 orientou seus trabalhos, preferencialmente, para a análise de riscos, mais comentada em item a seguir.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não houve fatos ou ilícitos administrativos que demandassem apuração. Com o objetivo de dar tratamento às demandas de serviços, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias formuladas à instituição, foi em 2012 implantada em dimensão nacional a Ouvidoria SEBRAE. Nos Estados tem-se a figura do interlocutor que recebe as demandas coletadas pela unidade central.

Com abrangência Nacional e Integrando a Assessoria da Presidência do Sebrae Nacional, atua de forma integrada e conta com 26 interlocutores nos Estados, além de uma Ouvidora e com um Assistente Técnico.

4.5 Gestão de riscos e controles internos

A auditoria Interna do SEBRAE/SE passou a avaliar os Riscos Estratégicos da unidade com os seguintes objetivos:

1 – Revisar os riscos e fatores de riscos existentes, buscando identificar novos riscos/fatores ou adequar sua descrição de forma a garantir um melhor entendimento destes pela Administração;

2 – Avaliar, com base na percepção da Administração, os riscos considerando a probabilidade de ocorrência, bem como o impacto no caso de materialização, para definir o nível de criticidade de cada um dos riscos (Matriz de Criticidade).

3 – Definir a criticidade dos Macroprocessos.

Em 2015, participaram da avaliação de riscos trinta representantes da administração, sendo os 03 diretores, os 17 gerentes de unidades e 5 coordenadores regionais, bem como 5 assessores.

O processo de avaliação foi realizado por meio de aplicação de questionário eletrônico, no qual foi avaliada a probabilidade e o impacto de cada risco estratégico.

Com relação aos critérios de avaliação é possível classificar os riscos conforme seu nível de criticidade em: “Alto”, “Significativo”, “Moderado” e “Baixo”, permitindo uma melhor gestão de recursos e esforços de forma a tratar com eficiência e tempestividade os riscos mais críticos para o SEBRAE/SE.

O resultado desta avaliação configura-se na matriz de criticidade dos riscos estratégicos, obtida com base na média das opiniões dos avaliadores, considerando a probabilidade de ocorrência e impacto desses riscos.

Com base nos resultados obtidos e, considerando a estrutura da cadeia de valor, com os macroprocessos divulgados pelo SEBRAE/SE, foi realizada a revisão da vinculação dos riscos estratégicos aos macroprocessos do SEBRAE/SE.

Dessa forma, a matriz de associação dos riscos estratégicos com os macroprocessos compõe a Cadeia de Valor do SEBRAE/SE e, por conseguinte, com o resultado da associação do nível de criticidade dos riscos estratégicos aos macropocessos, fica possível identificar a criticidade destes.

A avaliação do Ambiente de Controle se baseou na percepção de diretores e gerentes de regionais e unidades do Sebrae/SE, em relação aos cinco componentes definidos pelo COSO: Ambiente de Controle; Avaliação de riscos; Procedimentos de controle; Informação e comunicação e Atividades de monitoramento.

Com o resultado obtido foi possível identificar pontos positivos e, principalmente, pontos onde devemos concentrar esforços visando fortalecer nosso sistema de controles.

Com base na Avaliação dos Riscos Estratégicos e Ambiente de Controle, é possível avaliar os principais riscos, bem como identificar as principais preocupações relacionadas aos mecanismos de controle existentes para mitigação destes.

Com essas informações, a Administração toma medidas corretivas para buscar mitigar os riscos e buscar mais efetividade nos controles, com ações de capacitação interna, atualizações dos normativos, etc.

Para a Unidade de Auditoria Interna, este trabalho auxilia no direcionamento de esforços no que é mais crítico, contribuindo, por meio da mitigação desses riscos, para que o Sebrae/SE atinja seus objetivos estratégicos, além de ser uma boa prática de Excelência em Gestão, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEG – Modelo de Excelência de Gestão.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

De acordo com o Art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional é principio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A remuneração da Diretoria Executiva é definida pelo conselho deliberativo, conforme o inciso V do Art. 5º do Regimento do CDE.

Quadro 12 – Remuneração da Diretoria Executiva

Nome	Salário (em 31/12/2015)	Remuneração anual (2015)
Superintendente	R$ 26.179,51	R$ 343.375,91
Diretor Técnico	R$ 23.561,56	R$ 309.038,32
Diretor Administrativo Financeiro	R$ 23.561,56	R$ 294.627,58

Além da remuneração básica há o direito de recebimento de remuneração variável à diretoria e empregados com base nos indicadores/métricas de desempenho realizados no exercício de acordo com programa de remuneração variável e Acordo de Remuneração Variável. Em 2015 não houve pagamento de remuneração variável, pois não foram alcançadas as metas organizacionais no mínimo estabelecidos no acordo, que foram:

1. Aumentar em 20% o nível de aderência de Gestão do SEBRAE/SE ao MEG - Modelo de Excelência da Gestão da FNQ;
2. Atingir no mínimo 40% da pontuação do critério 1 – Liderança;
3. Taxa de pequenos negócios atendidos;
4. Atingir 100% em no mínimo 6 metas mobilizadoras.

No caso das duas primeiras somente serão mensuradas em abril de 2016, mas as duas últimas foram mensuradas e não atingidas (Taxa de pequenos negócios atendidos alcançou 91% do previsto; e somente quatro metas mobilizadoras foram atingidas).

Os benefícios oferecidos pela unidade e extensivos aos dirigentes, são: previdência complementar, assistência médica e odontológica, ticket alimentação e seguro de vida em grupo.

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Sistema SEBRAE possui contrato com a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, oriundo da Concorrência (processo licitatório) 10/2011. O contrato, firmado sob o número 107/2012, tem vigência de 12meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial. A prorrogação do contrato se dá por meio de aditivos aprovados pelo Conselho Deliberativo do SEBRAE Nacional, demandante do serviço.

Conforme aditivo vigente ao contrato, os serviços contratados compreendem os trabalhos de auditoria contábil, com emissão de opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras em período anual, bem como revisões trimestrais, para as 27 unidades estaduais do Sistema SEBRAE e o SEBRAE Nacional.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

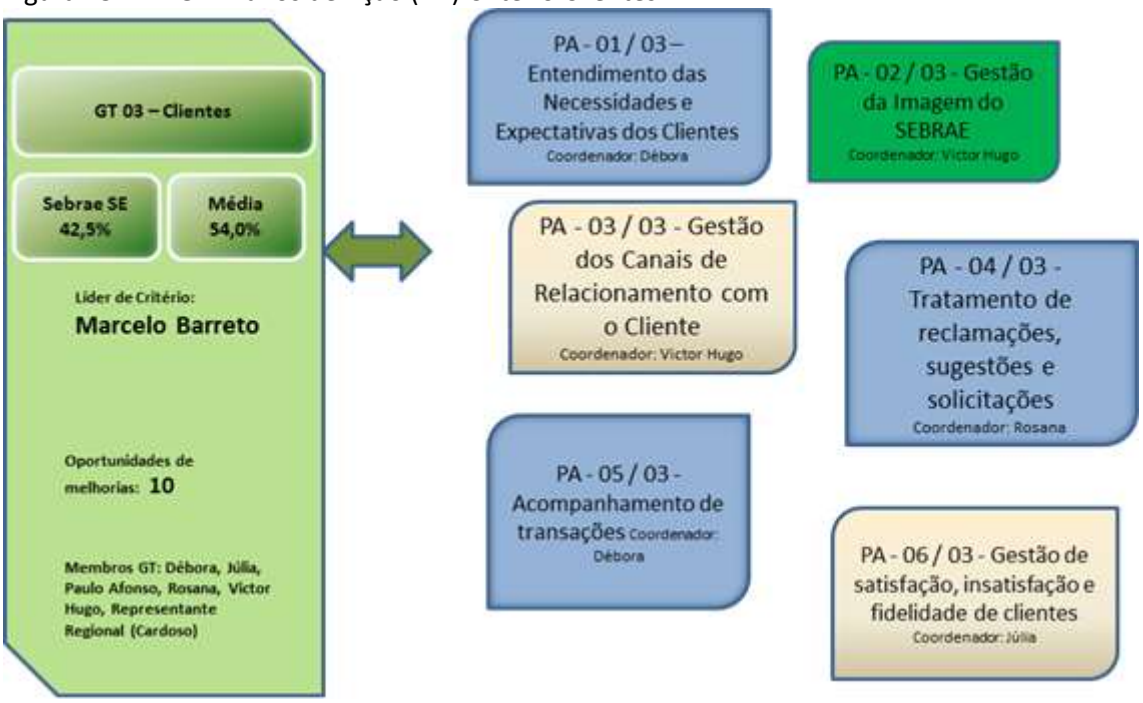
5.1 Canais de acesso do cidadão

Como canais de relacionamento para acesso do cidadão e, em especial, o seu público-alvo o SEBRAE/SE teve disponível em 2015 os seguintes canais: acesso pessoal através da sua sede, escritórios regionais e Pontos do Empreendedor em parceria com prefeituras municipais com a Lei Geral implementada, portal web, central de relacionamento 0800, twitter, facebook, Agência SEBRAE de Notícias e canal "fale com especialista".

Como instância última de acesso tem a Ouvidoria SEBRAE que trata as demandas de serviços, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias formuladas à instituição. Foi implantada em 2012 em dimensão nacional e nos Estados tem-se a figura do interlocutor que recebe as demandas coletadas pela unidade central.

Dentro da execução do PMG – Plano de Melhoria de Gestão no seu critério "Clientes" iniciou em 2015 a execução de diversos planos de ação, quais sejam:

Figura 15 - PMG – Planos de Ação (PA) Critério Clientes



5.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto 6.932/2009 e tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O Sebrae, por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

Entretanto, estão as informações dos serviços do SEBRAE/SE ao seu público disponíveis no seu portal corporativo no sítio www.se.sebrae.com.br inserido no portal do sistema SEBRAE.

Neste espaço, o cidadão tem amplo acesso às soluções disponíveis para o seu atendimento.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

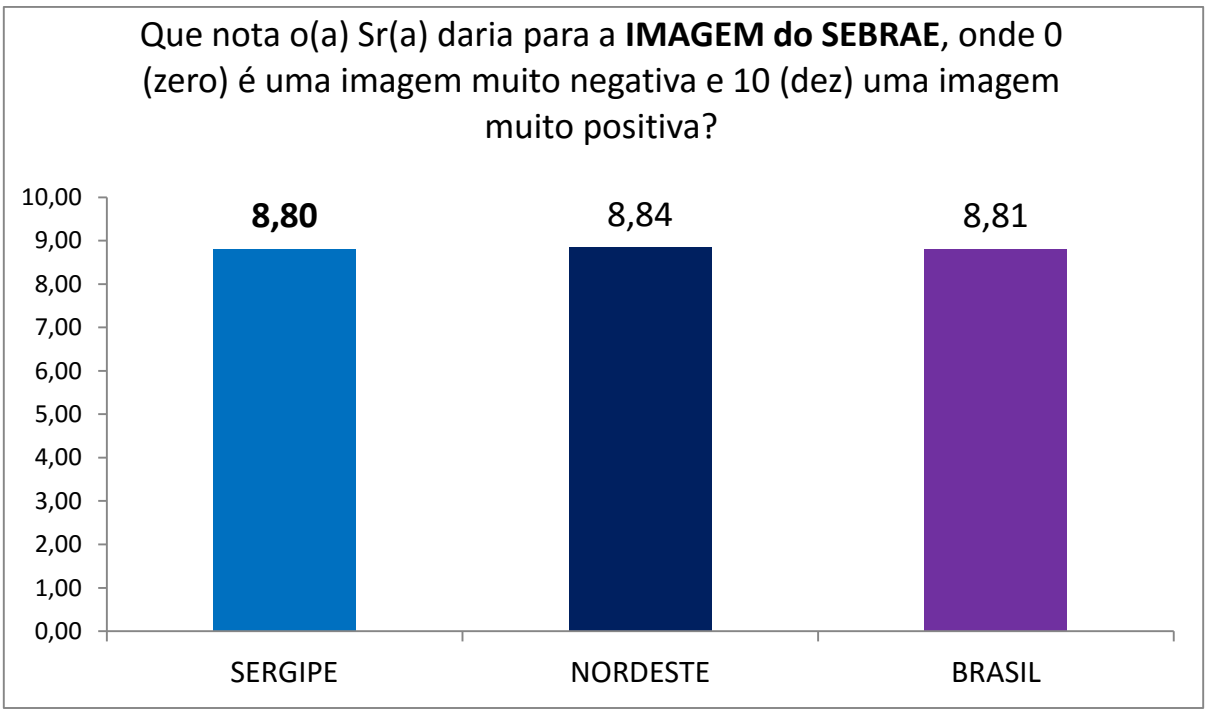
Esse item está relacionado ao Decreto 6.923/2009, que institui a necessidade de que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal realizem, periodicamente, pesquisas de satisfação junto aos usuários de seus serviços e utilizem os resultados para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial no que se refere aos compromissos e padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Cidadão.

O SEBRAE/SE, por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

Entretanto o Sistema SEBRAE faz anualmente pesquisas junto ao público-alvo e, de modo mais abrangente, junto à sociedade avaliando a imagem da mesma, que em 2015 apresentou os resultados a seguir mostrados.

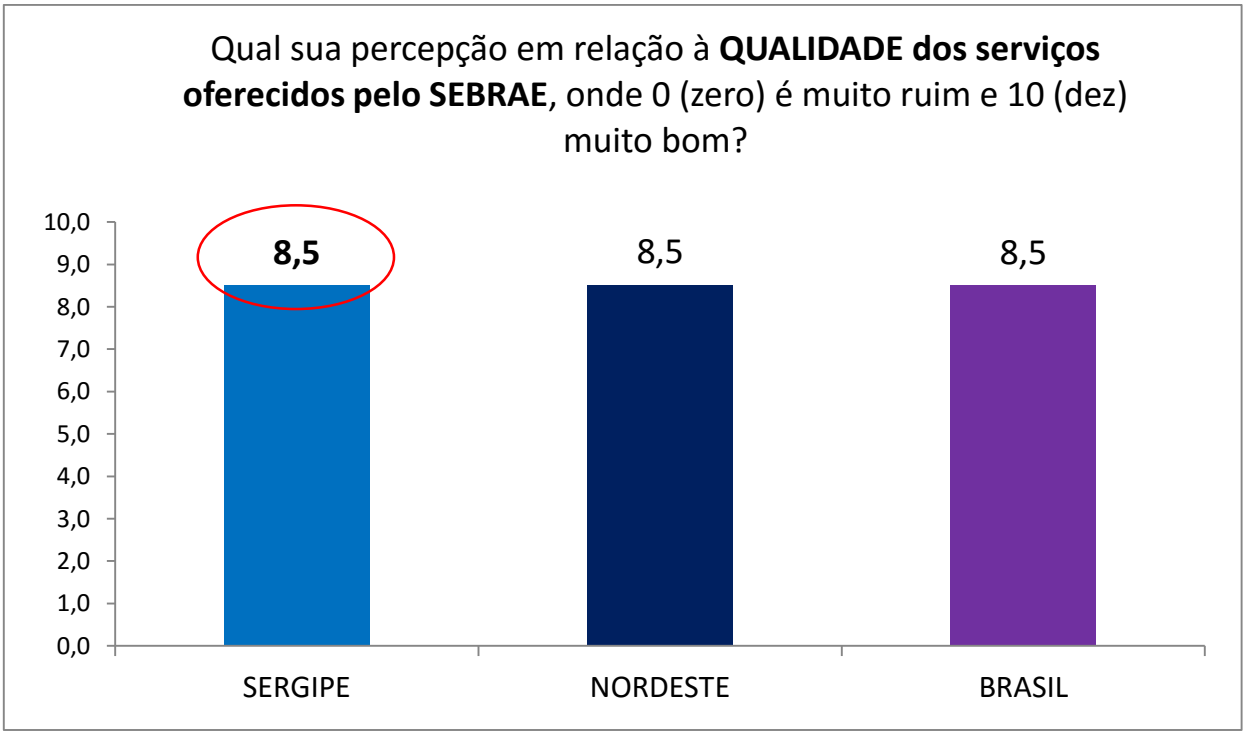
A pesquisa de imagem perante a sociedade apresentou os resultados do gráfico a seguir para notas numa escala de 0 a 10.

Gráfico 1 – Nota imagem do SEBRAE junto à sociedade (Sergipe x Nordeste x Brasil)



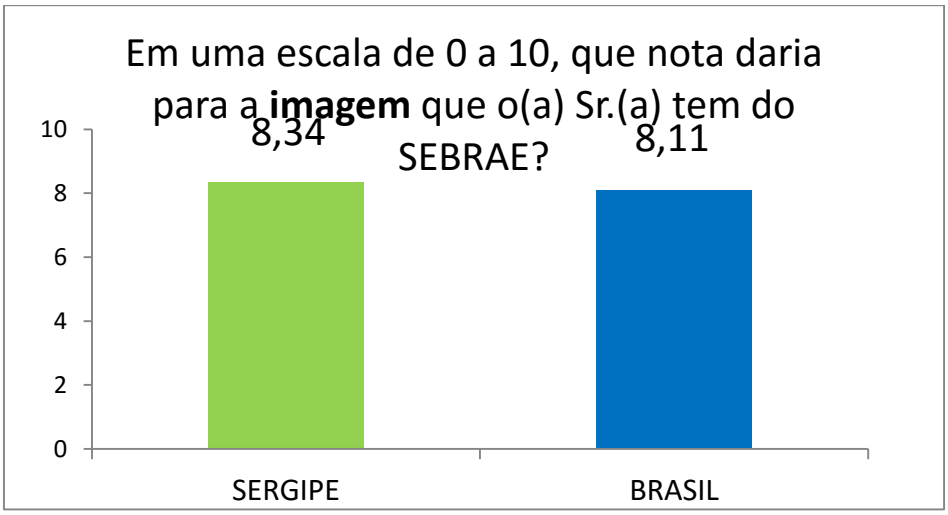
Na mesma pesquisa foi avaliada a percepção da qualidade dos serviços prestados com o resultado que se segue, também numa escala de 0 a 10.

Gráfico 2 – Qualidade dos serviços do SEBRAE (Sergipe x Nordeste x Brasil)



A pesquisa de imagem junto ao público-alvo, ou seja, os pequenos negócios, apresentou os resultados do gráfico a seguir para notas numa escala de 0 a 10.

Gráfico 3– Nota imagem do SEBRAE junto aos pequenos negócios (Sergipe x Brasil)



5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da UPC

De acordo com o Art. 115, § 2 da Lei 12.708, de 17 de Agosto de 2012, o SEBRAE Sergipe divulga no seu portal o contido no link:
http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/se/transparencia?codUf=27 , conforme imagem.

Figura 16 – Transparência – Portal SEBRAE/SE

No link do portal do SEBRAE Nacional http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Orcamento tem-se o acesso às informações financeiras do Sistema.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

Pode ser visto nos demonstrativos contábeis em anexo.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Compreendido nas notas explicativas dos documentos contábeis constantes em anexo.

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O SEBRAE procura manter compatibilidade conceitual das receitas e despesas orçamentárias com as contábeis (patrimoniais) ao utilizar o mesmo regime de competência contábil para as despesas e receitas correntes orçamentárias. Nesse sentido, o Sistema de Orçamento é utilizado como Sistema de Custos ao adotar o regime de competência para apurar o custo direto de projetos.

Para a apropriação do custo de pessoal e do custo administrativo, o SEBRAE Nacional desenvolveu regras próprias, definidas na seção 17 da Instrução Normativa de Execução Orçamentária e Financeira IN/37, que estão em implantação no âmbito do SEBRAE/SE.

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404 e notas explicativas

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão contidas nos anexos.

7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de pessoas

7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 13 - Força de Trabalho da UPC

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	116	111	36	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	116	111	36	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	116	110	35	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	1	
2. Servidores com Contratos Temporários	7	7	4	2
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)		118	40	3

Em Servidores com Contratos Temporários estão inclusos assessores, chefe de gabinete e menores aprendizes.

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 14 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	52	59
1.1. Membros de poder e agentes políticos		

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	52	59
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	52	58
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1
2. Servidores com Contratos Temporários	7	
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	111	118

Quadro 15 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5	1	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5	1	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5	1	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	19	19	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	19	19		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		24	1	0

7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 16 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros do poder e agentes políticos											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	7.580.603,53		890.551,20	544.492,98	6.423,13	2.095.783,12				
	2014	5.249.900,55		757.535,21	551.482,40		1.625.829,64				
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015										
	2014										
Servidores cedidos à UPC com ônus											
Exercícios	2015	244.970,53					30.066,25				
	2014										
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	432.170,41			17.529,91	37.449,47	83.639,23				
	2014	376.213,56			17.979,40		73.683,02				

7.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A gestão de pessoal do SEBRAE/SE é conduzida buscando mitigar os riscos relacionados à gestão do seu pessoal, possuindo como instrumento guia das atividades o Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, dentro de modelo nacional.

O SEBRAE/SE possui acordo coletivo de trabalho firmado com Sindicato que abriga os colaboradores onde são tratados os aspectos de reajuste de remuneração, benefícios, remuneração varável e banco de horas, este instrumento de minimização de horas-extras e de compensação de horas rabalhadas.

7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

7.2.1 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O SEBRAE/SE se utiliza de imóveis locados nas suas regionais em Própria, Lagarto, Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória.

O quadro a seguir apresenta todo um conjunto de informações sobre os imóveis locados.

Quadro 17 - Contratos de Locação

Contrato Nº	Contratada/Informações
06/09	Locadora: **ELIZAELMA CRISTINA DE SANTANA SANTIAGO** Data da contratação: **18/12/2009** Objeto do Contrato: locação de um imóvel destinado ao funcionamento da Sede do Escritório Regional do SEBRAE/SE, localizado na Av. Lourival Batista, 478, Centro, na Cidade de Nossa Senhora da Glória/SE. Dispensa de Licitação: Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do SEBRAE Quantidade de aditivos assinados: 06 Valor inicial da contratação: R$ 850,00 mensal Último valor da contratação: reajuste de 10,47% (**R$ 1.280,61 mensal**) Vigência: **31/12/2016** Contrato acompanhado por: Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Nossa Senhora da Glória/SE
03/10	Locador: **JOSÉ EVERTON DA SILVA** CPF: 442.706.585-68 Data da contratação: **08/11/2010** Objeto do Contrato: Locação do imóvel destinado ao funcionamento da Sede do Escritório Regional do SEBRAE/SE, na Cidade de Propriá/SE, localizado na Praça Fausto Cardoso, nº 165. Dispensa de Licitação: Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE Quantidade de aditivos assinados: 03 Valor inicial da contratação: R$ 1.500,00/mês Último valor da contratação: R$ 2.186,80 Último valor da contratação: reajuste de 6,0906% (R$ 1.675,41). Em outubro/2014 o valor da locação passou para R$ 2.000,00 (revisão do valor). Em outubro/2015 o valor do contrato foi reajustado em 9,34%, passando para **R$ 2.186,80**

Contrato Nº	Contratada/Informações
	Vigência: **08/10/2016** Contrato acompanhado por: Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Propriá/SE
02/2011	Locadora: **MARIA NERI SANTOS OLIVEIRA** Data da contratação: **06/05/2011** CPF: 102.077.405-34 Objeto do Contrato: Locação destinada à locação de um imóvel destinado ao funcionamento da Sede do Escritório Regional, localizado na Av. Presidente Kennedy, nº 311, Cidade de Lagarto/SE. Dispensa de Licitação: Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE Quantidade de aditivos assinados: 03 Valor inicial da contratação: R$ 1. 500,00/mês Último valor da contratação: **R$ 2.703,21** (reajuste do valor do aluguel) Vigência: **06/05/2016** Contrato acompanhado por: Coordenadora do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Lagarto/SE
05/2012	Locador: **DOUGLAS DIEGO LIMA COSTA** Data da contratação: **19/07/2012** CPF: 015.750.565-00 Objeto do Contrato: Locação do imóvel, destinado ao funcionamento do Escritório Regional do SEBRAE/SE na Cidade de Itabaiana/SE, localizado à Rua Manoel Antônio de Oliveira, nº 423. Dispensa de Licitação: Art. 9º, inciso VI do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE Quantidade de aditivos assinados: 01 Valor inicial da contratação: R$ 1.800,00/mês Último valor da contratação: reajuste de 6,2484%, majorando o valor do contrato para **R$ 1.912,47/mensal** Vigência: **19/07/2017** Contrato acompanhado por: Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Itabaiana/SE
06/2012	Locador: **JOSÉ MARCELO FREIRE CARVALHO** Data da contratação: **19/07/2012** CPF: 027.168.105-59 Objeto do Contrato: Locação de uma garagem de sua propriedade, localizada à Rua Manoel Antônio de Oliveira, Centro, em Itabaiana/SE, destinada à guarda do veículo de propriedade do SEBRAE/SE, disponibilizado ao Escritório Regional de Itabaiana/SE. Dispensa de Licitação: Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE Quantidade de aditivos assinados: 03 Valor inicial da contratação: R$ 200,00/mês Último valor da contratação: Reajuste de 6,24%, totalizando o valor do Contrato em R$ 212,00. Em julho/2015 reajuste no percentual de 5,5829% valor da locação: **R$ 223,84** Vigência: **19/07/2016** Contrato acompanhado por: Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Itabaiana/SE
07/2012	Locadora: **MARIA DÁRIA DOS SANTOS** Data da contratação: **03/08/2012**

Contrato Nº	Contratada/Informações
	CPF: 068.752.625-68 Objeto do Contrato: Locação de imóvel localizado à Rua General Pedra, na Cidade de Estância/SE, para o funcionamento do Escritório Regional do SEBRAE/SE na Cidade de Estância/SE. Dispensa de Licitação: Art. 9º, inciso VI Quantidade de aditivos assinados: 03 Valor inicial da contratação: R$ 1.500,00/mês **Último valor da contratação:** Reajuste de 6,97% correspondente ao IGPM no período de agosto/2014 a julho/2015, passando o valor mensal do aluguel de R$ 1.661,71 para R$ 1.777,58 (um mil setecentos e setenta e sete reias e cinquenta e oito centavos), retroativo a 11/11/2015. Do valor do aluguel será descontado R$ 300,00 - reforma do imóvel. O referido desconto será realizado até 09/2016. Vigência: **03/08/2017** Contrato acompanhado por: Coordenadora do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Estância/SE
02/2013	Locadora: **MARIA DA PUREZA BARRETO OLIVEIRA** CPF: 721.300.755-68 Data da contratação: **18/02/2013** Objeto do Contrato: Locação de uma garagem que abrigará o veículo de propriedade do SEBRAE/SE, que serve de escritório localizado no Município de Nossa Senhora da Glória/SE, à Rua Alcino Alves de Oliveira, nº 161. Dispensa de Licitação: Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE Quantidade de aditivos assinados: 02 Valor inicial da contratação: R$ 200,00/mês Último valor da contratação: Reajuste de 3,9638%: **R$ 219,73** Vigência: **18/02/2016** Contrato acompanhado por: Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Nossa Senhora da Glória/SE

Fonte: UJ – Unidade Jurídica

Para locação dos imóveis onde funcionam os Escritórios Regionais, o SEBRAE/SE, seguindo o disposto no Art. 9º, inciso VI do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, procede da seguinte forma:

- avaliação do imóvel a ser locado;
- exposição de motivos apresentada pelo Coordenador do Escritório Regional;
- parecer da Unidade Jurídica e ratificação da autoridade competente, quanto ao valor da locação e dispensa da licitação.

Havendo reforma no imóvel, as despesas realizadas pelo SEBRAE/SE são abatidas do valor da locação. Tal fato aconteceu no contrato de locação do imóvel localizado na cidade de Estância/SE. As demais manutenções de rotina e os serviços públicos necessários ao funcionamento do escritório são suportados pelo SEBRAE/SE.

7.3 Gestão da tecnologia da informação

7.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UPC são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 18 - Principais sistemas de informação

Sistema	Objetivo	Funcionalidade	Responsável técnico	Responsável de negócio	Criticidade
SIACweb	Registrar os atendimentos ao cliente realizados no SEBRAE/SE	Possui como funcionalidade principal alimentar o SME com as realizações dos indicadores de atendimentos prestados	Glauber Andrade	Adeilson Leite	Manter a versão em operação.
CorporeRM – TOTVS	Sistema ERP utilizado pelo SEBRAE/SE tem por objetivo integrar as diferentes áreas da empresa. Dentre elas: fiscal, patrimonial, recursos humanos, contábil e financeira	Registrar todas as movimentações nas suas áreas de integração e alimentar o SME com as realizações.	Suporte nacional, coordenado pelo SEBRAE/NA	Sonia Maria dos Santos	Manter comunicação com suporte nacional.
ECM – TOTVS	Tem por objetivo principal a gestão de processos e de documentos integradas ao sistema ERP da TOTVS.	O sistema é utilizado na informatização da central de compras do SEBRAE/SE e no processamento de viagens, acompanhamento de execução orçamentária e processos de recursos humanos	Carlos Eduardo de Jesus	Maria Bethania Moreno e outros	Garantia de integração.
SGC – Sistema de	Sistema utilizado na gestão de	Sua principal funcionalidade é a gestão das	Suporte nacional, coordenado	Maria Bethania Moreno	Manter link de comunicação

Gestão de Credenciados	credenciados do SEBRAE.	contratações de consultorias e instrutorias.	pelo SEBRAE/NA		para suportar a operação.

Fonte: UTI

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Há um PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação definido e elaborado, apresentado ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, formado por empregados do SEBRAE/SE **representante das Diretorias.**

O Comitê Gestor de TI foi criado em 2014 é um colegiado de caráter consultivo, sobre os assuntos especificamente submetidos à sua apreciação pela UTI e pelos Diretores. O Comitê Gestor de tecnologia da Informação do SEBRAE/SE se reúne bimestralmente e tem como objetivos:

I. Promover a utilização planejada e coordenada das aquisições e serviços de Tecnologia da Informação, para dar suporte às necessidades operacionais do SEBRAE/SE;

II. Colaborar para que o SEBRAE/SE possa se adaptar rapidamente às mudanças de tecnologia ou de gestão e as novas demandas operacionais**;**

III. Identificar e implementar, continuamente, oportunidades de melhoria de desempenho das atribuições do SEBRAE/SE; e

IV. Promover o alinhamento das ações de tecnologia da informação às diretrizes estratégicas do SEBRAE/SE**.**

7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Foi elaborada em 2015, dentro das ações do PMG do PSEG, uma proposta de política de sustentabilidade que foi submetida e aguarda aprovação da diretoria.

Para a elaboração do Plano de Sustentabilidade do SEBRAE foi realizado o diagnóstico de resíduos sólidos, a partir do qual proporemos as ações a serem realizadas no plano. Para 2016 será realizado o diagnóstico energético nas instalações da sede, para propor ações no Plano. O início da implantação das ações do plano está previsto no PMG do PSEG para 2016.

7.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em outubro de 2015 comissão designada para estudar uma política de sustentabilidade para o SEBRAE/SE apresentou à diretoria do sebrea/SE O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Sergipe – SEBRAE/SE é um Serviço Social Autônomo, que tem como missão "Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Sergipe e do Brasil". Assim, com base em sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, abrangendo o escopo socioambiental, define sua atuação em uma Política Ambiental entre os aspectos ambientais presentes em suas atividades administrativas trazendo princípios e diretrizes ambientais a serem documentados, implementados, monitorados, verificados e atualizados com vistas a a gestão ambiental e sua melhoria contínua.

A base legal aplicada ao sistema de gestão ambiental considera, no que couber, as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, incluindo normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

No PMG do PSEG está previsto ações de compras sustentáveis para 2016.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não há deliberações do Órgão de Controle Interno (CGU) pendentes de atendimento.

8.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O SEBRAE/SE não se submete à Lei nº 8.666, uma vez que é regido por seu próprio Regulamento de Licitações, valendo registrar que o Tribunal de Contas da União, através da Decisão nº 907/97 - Plenário, em 11/12/97 (DOU de 26.12.97) firmou o entendimento de que os serviços sociais autônomos não estão sujeitos aos estritos procedimentos da Lei nº 8.666/93 e sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados.

Ainda que o Regulamento de Licitações seja omisso, não há margem para utilização da Lei 8.666/93 como forma de suprir tal omissão. É o que se depreende do Acórdão 3l037/2014 – Plenário que fixou que "o Tribunal de Contas da União somente deve induzir a modificação das normas próprias sobre licitações e contratos das entidades do Sistema S, por meio de determinações ou recomendações, nos casos em que, efetivamente, verificar afronta – ou risco de afronta aos princípios regentes do processo licitatório, da despesa e da administração que lhes forem aplicáveis em decorrência da natureza dessas entidades ou das contribuições que arrecadam, ou, ainda, quando verificar a existência de lacuna ou a inexistência de regra específica".

De acordo com o Regulamento, o procedimento da licitação será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual serão definidos o objeto, a estimativa de seu valor e **os recursos para atender à despesa**, com a consequente autorização, ou seja, na solicitação formal da contratação, a Unidade demandante indica a origem dos recursos financeiros necessários à cobertura da despesa.

O PPA e orçamento do SEBRAE/SE, submetidos ao Conselho Deliberativo Estadual, para apreciação e votação, projetam os recursos financeiros que serão utilizados na execução dos diversos projetos e ações. Além disso, cada projeto que é monitorado pelo SME relaciona as ações que serão desenvolvidas anualmente e os recursos respectivos.

Relativamente ao pagamento às empresas contratadas, convém esclarecer o que segue:

- ✓ Nos contratos firmados consta o preço ajustado, a forma de pagamento e a origem dos recursos financeiros;
- ✓ A realização do pagamento é controlada no Sistema RM, de acordo com o orçamento previsto em cada Projeto/Ação;

- ✓ O SEBRAE/SE somente efetua o pagamento após a correspondente contraprestação do bem ou serviço;
- ✓ Os pagamentos obedecem aos prazos fixados nos contratos;
- ✓ A realização do pagamento varia de acordo com a data de entrega da nota fiscal e demais documentos estabelecidos no instrumento contratual, devidamente atestados pelo gestor do contrato e autorizados pela Diretoria respectiva;
- ✓ O SEBRAE/SE não se utiliza de mecanismos destinados a frustrar o direito à previsibilidade dos pagamentos em favor das empresas contratadas.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

KPDS 132416

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações dos resultados 6

Demonstrações dos resultados abrangentes 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe – SEBRAE/SE
Aracaju – SE

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 12 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.069	7.638
Valores a receber	7	1.051	925
Numerários vinculados a convênios e programas	8	236	76
Adiantamentos concedidos		259	230
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	287	1
Outros créditos		141	517
Total do ativo circulante		10.043	9.387
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	15	54	52
Imobilizado	10	13.597	14.512
Total do ativo não circulante		13.651	14.564
Total do ativo		23.694	23.951

Passivo	Nota	2015	2014
Passivo circulante			
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	11	1.007	819
Obrigações com convênios e contratos	12	165	27
Contas a pagar a fornecedores e outros	13	1.909	1.322
Obrigações trabalhistas	14	1.491	1.741
Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	1.454	1.314
Outras obrigações		108	-
Total do passivo circulante		6.134	5.223
Passivo não circulante			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15	516	620
Obrigações fiscais		-	11
Outras obrigações		89	-
Total do passivo não circulante		605	631
Total do passivo		6.739	5.854
Patrimônio líquido	16		
Superávits acumulados		8.516	4.856
Superávit do exercício		(1.142)	3.480
Ajustes de avaliação patrimonial		9.581	9.761
Total do patrimônio líquido		16.955	18.097
Total do passivo e patrimônio líquido		23.694	23.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas			
Receitas com contribuição social (CSO e CSN)	17	47.231	41.664
Receitas de empresas beneficiadas	18	3.011	1.801
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	19	44	816
Outras receitas operacionais		416	163
Total das receitas		50.702	44.444
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(16.483)	(13.188)
Despesas com serviços profissionais e contratados	21	(24.159)	(18.952)
Custos e despesas com operacionalização	22	(10.272)	(7.673)
Encargos diversos		(333)	(201)
Variações Monetárias Passivas		(12)	-
Despesas com provisões		(104)	(434)
Despesas com depreciação e amortização		(1.101)	(1.099)
Outras despesas operacionais		(570)	(165)
Total das despesas		(53.034)	(41.712)
(Déficit) superávit antes do resultado financeiro líquido		(2.332)	2.732
Receitas financeiras	23	1.271	785
Despesas financeiras	23	(81)	(37)
Resultado financeiro líquido		1.190	748
(Déficit) superávit do exercício		(1.142)	3.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
(Déficit) superávit do exercício	(1.142)	3.480
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(1.142)**	**3.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1° de dezembro de 2014	4.620	56	9.941	14.617
Incorporação do superávit do exercício anterior	56	(56)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	-	(180)	-
Superávit do exercício	-	3.480	-	3.480
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.856	3.480	9.761	18.097
Incorporação do superávit do exercício anterior	3.480	(3.480)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	-	(180)	-
Déficit do exercício	-	(1.142)	-	(1.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.516	(1.142)	9.581	16.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.142)	3.480
Ajustes para:		
Depreciação	1.101	1.099
Baixa de ativo imobilizado	-	31
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(104)	341
	(145)	4.951
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(126)	(550)
Numerários vinculados a convênios e programas	(160)	7
Adiantamentos concedidos	(29)	(8)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(286)	108
Outros créditos	376	(297)
Depósitos judiciais	(2)	174
	(227)	(566)
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	188	175
Obrigações com convênios e contratos	138	3
Contas a pagar a fornecedores e outros	587	328
Obrigações trabalhistas	(250)	137
Obrigações com o Sistema SEBRAE	140	108
Obrigações fiscais	(11)	(118)
Outras obrigações	197	-
	989	633
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	617	5.018
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(186)	(1.139)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(186)	(1.139)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	431	3.879
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	7.638	3.759
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8.069	7.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe ("SEBRAE/SE" ou "Entidade") é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, constituída em 5 de novembro de 1975, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Av. Tancredo Neves, n° 5.500, bairro América, município de Aracaju, estado de Sergipe.

O âmbito de atuação do SEBRAE/SE constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do estado de Sergipe, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/SE recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Banco do Brasil S/A;
- Banco do Estado de Sergipe;
- Caixa Econômica Federal;
- Câmara de Dirigentes Lojistas de Aracaju – CDL;
- Instituto Euvaldo Lodi – IEL;
- Instituto de Tecnologia e Pesquisa do Estado de Sergipe – ITPS;
- Federação das Associações Comerciais e Industriais Agropastoris de Sergipe – FACIASE;
- Federação da Agricultura do Estado de Sergipe – FAESE;
- Federação do Comércio do Estado de Sergipe – FECOMÉRCIO/SE;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Sergipe – FCDL;
- Federação das Indústrias do Estado de Sergipe – FIES;

- Outras unidades do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, bem como o SEBRAE Nacional;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; e
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

O SEBRAE/SE é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1°), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade e base de mensuração
Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota explicativa nº 10); instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa (Nota explicativa n° 6); e o ativo de recursos garantidores da obrigação atuarial relativa à parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-emprego patrocinado pela Entidade (Nota explicativa n° 24).

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2016.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota explicativa n° 6), Vida útil do ativo imobilizado (Nota explicativa nº 10), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota explicativa nº 15) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota explicativa nº 24).

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (informações adicionais estão divulgadas na Nota explicativa nº 24).

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota explicativa nº 15).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota explicativa nº 17). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional - CSN são relacionadas com a execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 19).

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem basicamente receitas de juros, oriundas de aplicações financeiras e variações cambiais ativas e passivas. As receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

c. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: valores a receber, numerários vinculados a convênios e programas, adiantamentos concedidos, créditos com o sistema SEBRAE e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota explicativa nº 6).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com convênio e contratos, contas a pagar a fornecedores e outros, e obrigações com o sistema SEBRAE.

Contas a pagar a fornecedores e outros
As contas a pagar a fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 13).

d. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota explicativa nº 10).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

(ii) Custos subsequentes
Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A média das vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	50 anos

Máquinas e equipamentos	10 anos
Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota explicativa nº 15).

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota explicativa nº 11).

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado (Nota explicativa nº 24).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Bancos (i)	125	395
Aplicações financeiras (ii)	7.944	7.243
	8.069	**7.638**

(i) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontram a seguir descritas:

	2015	2014
Banco do Brasil	1	226
Banco do Nordeste	24	22
Banese	90	79
Caixa Econômica Federal	10	68
	125	**395**

(ii) Representam aplicações financeiras de liquidez imediata destinadas à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	Taxa média de juos	2015	2014
Banco do Brasil	CDB	11,28 % a.a.	2.449	3.033
Caixa Econômica Federal	FIF Milênio	12,63 % a.a.	5.509	4.219
Provisão para IRRF (*)			(14)	(9)
			7.944	**7.243**

(*) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

7 Valores a receber

	2015	2014
Créditos a receber	**1.051**	**925**

Créditos referentes às operações de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

8 Numerários vinculados a convênios e programas

	2015	2014
Contas Correntes - Banco do Brasil	2	21
Aplicações Financeiras - Banco do Brasil	234	55
	236	**76**

Correspondem a recursos financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/SE, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SE. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com convênios e contratos", e detalhada na Nota explicativa nº 12.

9 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal chave da Administração; e
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

Os saldos e transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	2015	2014
Recursos de CSN a receber	285	-
CSO - Ressarcimentos a receber	2	1
	287	**1**

Não há incidência de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	2015	2014
CSN a devolver	1.454	1.314
	1.454	**1.314**

Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais - CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2015 os acertos contábeis no SEBRAE/SE e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

	2015	2014
Contribuição Social Ordinária (CSO)	29.989	29.680
Contribuição Social Ordinária (CSO) - Saldo	2.078	3.419
Contribuição Social Ordinária - Ressarcimentos	73	122
Contribuição Social Nacional (CSN)	15.091	8.443
	47.231	**41.664**

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos à diretores

A Entidade não concede empréstimos para diretores e ou outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva. De acordo com o art. 9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/SE é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	2015	2014
Remuneração	983	977
Benefícios	85	85
	1.068	**1.062**

10 Ativo imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Saldo em 31/12/2015
Custo			
Terreno	6.264	-	6.264
Edificações	8.849	-	8.849
Móveis e utensílios	894	19	913
Veículos e acessórios	720	8	728
Máquinas e equipamentos	999	58	1.057
Equipamentos de informática	3.136	69	3.205
Instalações	225	23	248
Obras de arte	39	9	48
Bens de terceiros	281	-	281
Total do custo	**21.407**	**186**	**21.593**
Depreciação acumulada			
Edificações	(3.173)	(354)	(3.527)
Móveis e utensílios	(477)	(43)	(520)
Veículos e acessórios	(544)	(40)	(584)
Máquinas e equipamentos	(458)	(66)	(524)
Equipamentos de informática	(1.818)	(576)	(2.394)
Instalações	(144)	(22)	(166)
Bens de terceiros	(281)	-	(281)
Total da depreciação acumulada	**(6.895)**	**(1.101)**	**(7.996)**
Total líquido	**14.512**	**(915)**	**13.597**

11 Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

	2015	2014
Obrigações fiscais a recolher	561	509
Encargos sociais a recolher	446	286
Remuneração a pagar	-	24
	1.007	**819**

12 Obrigações com convênios e contratos

	2015	2014
Convênio Cooperforte Artesanato	15	14
Convênio FECOMÉRCIO	7	7
Convênio Cooperforte Lagarto	5	5
Convênio 02/2013 EMSETUR ABIH	123	1
Convênio UNICRED	15	-
	165	**27**

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos

efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

13 Contas a pagar a fornecedores e outros

	2015	2014
Fornecedores	1.234	727
Depósitos e cauções	22	37
Outras obrigações	653	558
	1.909	**1.322**

14 Obrigações trabalhistas

	2015	2014
Férias e encargos (i)	1.491	1.199
13° Salário e encargos (ii)	-	24
Remuneração variável (iii)	-	518
	1.491	**1.741**

(i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

(ii) Corresponde ao FGTS do 13° salário a ser pago em Janeiro de 2016.

(iii) A remuneração variável será calculada tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/SE, desempenho da equipe e o desempenho individual de cada colaborador.

Tipo de resultados que compõem o cálculo da remuneração variável	**% de participação**
Resultados organizacionais do SEBRAE/SE	50% de uma remuneração
Resultados da equipe	30% de uma remuneração
Resultados individuais	20% de uma remuneração
Total	**100% de uma remuneração**

15 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/SE como risco "provável" de perda:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	2015	2014	2015	2014
Riscos trabalhistas	54	52	-	-
Riscos cíveis	-	-	100	100
Riscos fiscais	-	-	85	279
COFINS	-	-	331	241
	54	**52**	**516**	**620**

A movimentação do saldo da provisão para perdas em processos judiciais pode ser demonstrada como segue:

	1°/01/2015	Adições	Baixas	31/12/2015
Cíveis	100	-	-	100
Fiscais	279	-	(194)	85
COFINS	241	90	-	331
	620	**90**	**(194)**	**516**

O SEBRAE/SE possui ainda o valor de R$ 48 (R$ 108 em 31 de dezembro de 2014), relativo à processos de natureza trabalhista classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras.

16 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

17 Receitas com contribuição social

	2015	2014
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	29.989	29.680
Contribuição Social Ordinária - Saldo (CSO saldo) (b)	2.078	3.419
Contribuição Social Ordinária - Ressarcimentos (c)	73	122
Contribuição Social do Nacional - CSN (d)	15.091	8.443
	47.231	**41.664**

(a) Contribuição Social Ordinária (CSO)
Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

(b) Contribuição Social Ordinária - Saldo (CSO saldo)
São alocadas as receitas incorporadas na programação do exercício oriundas de saldos orçamentários de exercícios anteriores.

(c) Contribuição Social Ordinária - Ressarcimentos
São alocadas as receitas de crédito orçamentário estimado para cobrir futuras despesas de viagens patrocinadas pelas unidades do SEBRAE/NA.

(d) Contribuição Social Nacional (CSN)
São alocadas as receitas a título de contribuição de programação adicional transferidas pelo SEBRAE/NA de competência do exercício corrente. Estão diretamente vinculadas à execução de projetos finalísticos, dessa forma, o reconhecimento da receita é efetuado à medida que as correspondentes despesas são incorridas.

18 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	2015	2014
Treinamentos	293	271
Consultoria	1.700	1.047
Feiras	1.012	456
Elaboração de projetos	6	27
	3.011	**1.801**

O aumento em 2015 é decorrente do crescimento de diversas ações vinculadas aos projetos do SEBRAE/SE.

19 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/SE.

	2015	2014
Convênio PETROBRAS 02/2013	-	816
Convênio EMSETUR ABIH 01/2015	44	-
	44	**816**

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	2015	2014
Salário e proventos	(8.527)	(7.237)
13º. Salário	(767)	(604)
Férias	(1.075)	(850)
Outros gastos com pessoal	(439)	(15)
Encargos sociais	(3.275)	(2.675)
Benefícios sociais	(2.400)	(1.807)
	(16.483)	**(13.188)**

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento. O aumento ocorrido no grupo foi decorrente dos seguintes principais fatores:

- Reajuste de 8%, concedido através de acordo coletivo, que majorou salários do corpo funcional e da diretoria executiva, gratificações de gerentes, secretárias e assessores a partir de 1° de abril de 2015.
- Constituição da provisão da remuneração variável tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/SE, o desempenho de cada equipe e o desempenho individual.

21 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (pessoa jurídica e pessoa física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais sobre serviços prestados.

	2015	2014
Instrutoria e consultoria (a)	(13.273)	(9.335)
Serviços técnicos e especializados	(2.524)	(2.374)
Manutenção, segurança e limpeza	(1.860)	(1.556)
Demais serviços contratados (b)	(6.046)	(5.326)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(456)	(361)
	(24.159)	**(18.952)**

(a) Esse grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais. O aumento no período deve-se ao grande crescimento nas ações dos projetos do SEBRAE/SE.

(b) Essas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e outros serviços contratados.

22 Custos e despesas com operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	2015	2014
Despesa de viagem	(3.360)	(2.626)
Aluguéis e encargos	(2.382)	(1.715)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(903)	(529)
Serviços gráficos e de reprodução	(1.103)	(727)
Serviço de comunicação em geral	(335)	(338)
Materiais de consumo	(1.484)	(1.254)
Demais custo e despesas gerais	(705)	(484)
	(10.272)	**(7.673)**

23 Resultado financeiro líquido

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos ordinários	210	139
Rendimentos recursos próprios	682	354
Rendimentos recursos adicionais	379	292
Subtotal	**1.271**	**785**
Despesas financeiras		
Outras despesas	(81)	(37)
Subtotal	**(81)**	**(37)**
Total receita financeira líquida	**1.190**	**748**

24 Benefícios a empregados pós-emprego

24.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa n° 5.h, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Abono anual;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez; e
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/SE contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

	2015	2014
Valor justo dos ativos do Plano	81	65
Valor presente das obrigações atuariais	(31)	(32)
Superávit	**50**	**33**

Observado a avaliação atuarial do exercício de 2015 em conformidade com o CPC 33 (R1) e verificada a inexistência de passivo atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador, não há reconhecimento de provisão de despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

As contribuições dos participantes e do patrocinador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram:

Contribuições	**2015**	**2014**
Participantes	1.136	568
Básica	517	269
Serviços passados	140	92
Voluntárias	479	207
Patrocinador	3.191	2.936
Básica	3.114	2.865
Benefícios de risco	77	71
	4.327	**3.504**

24.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	2015	2014
Obrigações do benefício definido em 1° de janeiro	(32)	(26)
Custos do serviço corrente e juros	(6)	(5)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	7	(1)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	**(31)**	**(32)**

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano em 1° de janeiro	65	41
Contribuições pagas ao plano	9	72
Retorno esperado dos ativos do plano	34	4
(Perdas) atuariais em outros resultados abrangentes	(27)	(52)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	**81**	**65**

Despesa reconhecida no resultado

	2015	2014
Custo do serviço corrente	3	2
Efeito do limite de ativo	13	(15)
Retorno esperado dos ativos do plano	34	4
	50	**(9)**

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

	2015	2014
Taxa real anual de juros	12,76% a.a	11,22% a.a
Projeção de crescimento real de salário	2,16% a.a	2,18% a.a
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a	5,00% a.a
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,76% a.a	11,22% a.a

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

	2015	2014
Taxa de rotatividade	3,95%	4,58%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT -2000 M e F Desag10%	AT-2000 M e F Desag10%
Tábua mortalidade/ sobrevivência de inválidos	50% UP M + 50% UP F	50% UP M + 50% UP F
Tábua de entrada em invalidez	Tasa 1927 MeF	Tasa 1927 MeF
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-2000 M e F Desag10%	AT-2000 M e F Desag10%

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensitivo às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

25 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento);
- Valores a receber;
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais; e
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.069	7.638
Valores a receber	7	1.051	925
Numerários vinculados a convênios e programas	8	236	76
Adiantamentos concedidos		259	230
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	287	1
Outros créditos		141	517

Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é de até 12 (doze) meses.

Não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Risco de mercado (taxa de juros)
Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 6, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade
Por não está exposta significativamente aos riscos de taxa de câmbio e risco de taxa de juros nas suas operações passivas, a Entidade entende ser desnecessário a apresentação de uma análise sensibilidade.

26 Cobertura de seguros
Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R$ 14.300 para imóveis, R$ 246 para veículos e R$ 3.000 de responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 10 de setembro de 2016, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.